

A (socio)economia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias

Neste artigo discutem-se os contributos das correntes de pensamento que em Portugal se têm interessado pelo estudo das estruturas da economia da produção agrícola e dos comportamentos económicos dos agricultores.

Não se pretende oferecer uma panorâmica exaustiva. Seleccionaram-se apenas algumas posições que se julgam mais significativas e que estão mais directamente relacionadas com o trabalho que me ocupou nestes últimos anos.

1. «SISTEMAS DE AGRICULTURA» E POLÍTICA ECONÓMICA

Em 1987 foi publicado o livro *Portuguese Agriculture in Transition*. Apresentado em língua inglesa, constitui uma obra colectiva de nove investigadores, oito deles norte-americanos e um outro português. Este livro veio divulgar as metodologias e resultados de investigação de um projecto desenvolvido desde início dos anos 80, mercê da cooperação entre diversas instituições norte-americanas e portuguesas (cf. Pearson, Avillez *et al.*, 1987, 11-12). O grupo constituído para este efeito é referenciado como «Arizona-Stanford Policy and Economic Studies Team of PROCALFER», ou, abreviadamente, PES.

Em meu entender, *Portuguese Agriculture in Transition* constitui a obra mais significativa publicada nos anos 80 sobre a economia agrícola portuguesa: primeiro, porque propõe uma metodologia para análise económica integrada dos «sistemas» de produção agrícola e das políticas que os influenciam; depois, porque discute em detalhe os desafios e impactos suscitados pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, procurando identificar os principais pontos críticos (sistemas de agricultura/regiões) daí resultantes; finalmente, porque procede a uma avaliação da política agrária desenvolvida em Portugal no passado e defende uma estratégia para a sua condução no futuro.

* ISCTE — Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa e DINÂMIA — Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica.

O que, à partida, individualiza esta linha de trabalho, face às outras a que iremos referir-nos, é a sua aposta em dar expressão formalizada e unidade metodológica a uma reflexão que envolve níveis de análise diferenciados (diagnóstico, prospectiva, políticas ...) e abrange investigação empírica de grande extensão (trinta e três «sistemas de agricultura» em quatro regiões diferentes).

1.1. OBJECTIVOS

O principal objectivo da investigação relatada no livro em análise foi «quantificar o impacto das políticas portuguesas na rentabilidade de vários sistemas de agricultura» e avaliar o choque que a integração de Portugal na CEE irá provocar na rentabilidade desses sistemas, bem como na margem de manobra da política agrícola (Pearson e Monke, 1987, 22 e 27-28).

A obra em apreciação estrutura-se em quatro partes:

- Na primeira introduz-se o tema (capítulo 1), apresenta-se a metodologia (capítulo 2), analisa-se a evolução dos principais aspectos da política agrícola portuguesa e as perspectivas resultantes da integração na CEE (capítulo 3) e fundamentam-se as opções metodológicas consagradas na análise da remuneração dos factores agrícolas — terra, trabalho e capital (capítulo 4);
- Na segunda parte procede-se à delimitação de trinta e três «sistemas de agricultura» — localizados em quatro regiões diferentes — e discute-se a sua rentabilidade e eficiência, tomando 1983 como ano base e projectando depois a análise até 1996, ano em que termina o período previsto de transição da agricultura portuguesa para uma total submissão à disciplina comunitária. Os capítulos 5 a 8, que integram esta segunda parte, encontram-se organizados por regiões, respeitando a seguinte ordem: Alentejo (dez «sistemas»), Vale do Tejo (nove «sistemas»), Açores (dois «sistemas») e Noroeste (doze «sistemas»);
- A análise de qualquer dos «sistemas» de agricultura é parcialmente dinâmica, porque inclui previsões de alterações dos preços dos produtos, dos consumos intermédios e dos factores primários de produção. Esta dinamização do modelo de análise estende-se aos aspectos da tecnologia e das estruturas de produção, mas apenas para os «sistemas» de agricultura do Noroeste. A este tema veio a ser consagrada a terceira parte do trabalho em apreciação: no capítulo 9 são analisadas as transformações tecnológicas e estruturais que ocorreram desde os anos 40 numa freguesia daquela região; no capítulo 10 reflecte-se sobre as possibilidades de mudança e modernização tecnológica, tomando por referência seis «sistemas» de agricultura considerados representativos; no capítulo 11 desenvolve-se este último tema, tendo em atenção as fortes pressões a que

aqueles sistemas irão ser sujeitos em virtude da progressiva subordinação à disciplina comunitária e discutindo as possibilidades de intervenção da política agrícola no sentido de favorecer o processo de ajustamento estrutural e tecnológico;

- Na quarta parte, que conclui o trabalho, a reflexão centra-se na orientação da política agrícola portuguesa para o período de transição (1986-1996). Os capítulos 12 e 13 são consagrados, respectivamente, às políticas no domínio dos mercados/preços dos produtos agrícolas e às políticas macroeconómicas que podem influenciar os custos dos serviços prestados pelos factores primários de produção. No capítulo 14 equacionam-se várias alternativas de estratégia para condução global da política agrícola, concluindo-se que deve ser privilegiada a que obedece ao critério de «especialização eficiente de acordo com as vantagens comparativas» (cf. Pearson, 1987b, 262).

A autoria de cada capítulo do *Portuguese Agriculture in Transition* é sempre especificada. A unidade metodológica daquela obra permite estruturar a sua apreciação em função de alguns temas chave que não se prendem exclusivamente com este ou aquele capítulo e, pelo contrário, se manifestam em vários ou mesmo em todos eles.

1.2. «SISTEMAS» DE AGRICULTURA

A metodologia desenvolvida por estes autores toma como unidade económica central de análise os «sistemas» de agricultura. Um «sistema» de agricultura corresponde ao conjunto de actividades necessárias para colocar um produto de origem agrícola, susceptível de ser objecto de comércio internacional, no mercado grossista. Essas actividades serão quatro — produção agrícola, transporte para as unidades de transformação, transformação e transporte entre a transformação e o mercado grossista —, no caso dos produtos que só são transaccionáveis internacionalmente após transformação industrial (concentrado de tomate, por exemplo), mas poderão resumir-se apenas às duas primeiras, quando o produto agrícola de base é imediatamente transaccionável — por exemplo, trigo (cf. Pearson, 1987a, 30). O conceito de «sistema» de agricultura envolve ainda um outro atributo essencial: cada uma das actividades que o integram deverá ser constituída por unidades económicas semelhantes, nomeadamente no que respeita à dimensão, estruturas dos recursos produtivos e tecnologia. Assim, para um mesmo produto poderão existir numa mesma região vários «sistemas» de agricultura.

Este tipo de delimitação dos «sistemas» de agricultura justifica-se por se pretender analisar os efeitos de políticas que são, frequentemente, estabelecidas por produto e por se desejar compreender a inter-relação entre a fase primária de produção e as fases seguintes das cadeias de transformação e comercialização até ao mercado grossista.

Quando se reduz a base dos «sistemas» de agricultura apenas a um produto, isola-se a actividade que o origina das outras que com ela se inter-relacionam no âmbito das unidades produtivas agrícolas. Os inconvenientes de tal procedimento são evidentes quando se pretenda compreender o processo de decisão técnica e económica dos agricultores ou as perspectivas de transformação tecnológica das explorações agrícolas. Para obviar a estes inconvenientes pode alargar-se a avaliação económica ao conjunto das actividades da exploração agrícola; esta opção foi, aliás, contemplada em algumas das áreas de investigação de que os autores nos dão conta (cf. Bentley, 1987, 167, e Fox e Finan, 1987a, 192, e 1987b, 202).

A delimitação e caracterização técnico-económica de «sistemas» de agricultura é, assim, a primeira etapa de trabalho resultante da metodologia proposta. Esta etapa envolverá necessariamente trabalho interdisciplinar (agronomia, geografia, economia) e conhecimento aprofundado da agricultura das regiões em estudo, pois só assim se poderão individualizar correctamente os «sistemas» representativos do seu tecido produtivo.

De acordo com a metodologia em apreciação, a análise económica dos «sistemas» de agricultura identificados visa dar resposta às seguintes grandes questões:

- Qual é a sua *rentabilidade privada* ou *empresarial*?
- Qual é a sua *eficiência económica*?
- Em que medida e através de que meios as *políticas* influenciam a *rentabilidade privada* dos «sistemas»?
- Qual será o *impacto* previsível da *integração* na Comunidade Económica Europeia sobre a *rentabilidade* dos «sistemas» de agricultura?

1.3. MOBILIDADE DOS FACTORES, CUSTOS DE OPORTUNIDADE E RENTABILIDADE PRIVADA

A abordagem destas questões baseia-se num instrumento analítico central: as *matrizes para análise da eficiência e das políticas* (cf. Pearson, 1987a, 29-37). Daí que, por vezes, se designe o conjunto desta metodologia por PAM (*policy accounting matrix*), de acordo, aliás, com a sugestão dos seus autores.

Estas matrizes oferecem uma descrição simplificada da repartição da *receita* total de cada «sistema» nos termos da seguinte igualdade:

$$\text{Receita} = \text{custos} + \text{lucros} \quad (1)$$

onde

$$\text{Custos} = \text{inputs transaccionáveis} + \text{custos com factores primários de produção} \quad (2)$$

Os factores primários de produção integram o trabalho, o capital e a terra. O *trabalho* e o *capital* são considerados móveis («variáveis») e, portanto, os seus custos são sempre directamente contabilizados na base dos valores

observados ou através dos respectivos *custos de oportunidade* (cf. Pearson, 1987a, 30-31). A *terra* é considerada um factor fixo, sendo a sua remuneração «determinada como uma parte (não conhecida) dos lucros apurados após todos os custos com factores variáveis e *inputs* intermédios terem sido subtraídos às receitas» (id., *ibid.*, 31).

Em virtude desta não contabilização dos custos imputáveis ao factor terra, regra geral, as matrizes apresentadas na obra em análise não incluem nos custos essa parcela e, portanto, na expressão (1) o termo *lucro* passa a significar *returns to land and management*.

Na análise de alguns «sistemas» de agricultura é apresentada uma estimativa das rendas atribuídas à terra, mas na maior parte dos casos isso não acontece. No entanto, num dos capítulos finais analisa-se a rentabilidade ao nível da exploração agrícola de todos os «sistemas» de agricultura estudados, recorrendo-se à confrontação do lucro (incluindo remuneração atribuível à terra) com o valor estimado para as rendas (cf. Monke, 1987b, 242-248).

A contabilização de *receitas* e *custos* é, neste modelo, realizada segundo duas *ópticas* claramente diferenciadas: a *óptica privada* ou *empresarial* e a *óptica social* ou *de eficiência económica*. A discrepância entre os resultados apurados segundo estas duas *ópticas* reflecte fundamentalmente os *efeitos atribuídos à intervenção das políticas*.

As hipóteses e procedimentos que conduzem os cálculos realizados segundo cada uma das *ópticas* referidas são cruciais para a determinação dos resultados. Para compreender o núcleo fundamental da metodologia em análise exige-se, portanto, uma avaliação daquelas hipóteses e procedimentos.

Os cálculos conduzidos na *óptica privada* visam apurar a rentabilidade efectivamente obtida pelos operadores económicos que comandam as actividades incluídas nos «sistemas» de agricultura em causa. Nestes termos, o *lucro privado* é obtido com base em valores de *mercado*, quer para os bens ou serviços que incorporam os *custos*, quer para aqueles que originam as *receitas* (cf. Pearson, 1987a, 30).

Embora o princípio geral seja simples, a sua concretização levanta problemas delicados. Estes prendem-se essencialmente com a *imputação de custos aos factores trabalho e capital*, quando não se dispõe de indicações sobre os preços pagos por esses factores, ou porque estes não passam pelo mercado (trabalho familiar, capitais próprios), ou porque existe uma informação precária sobre as transacções mercantis realizadas (circuitos informais de financiamento).

A forma como estas dificuldades foram enfrentadas na investigação em análise veio condicionar de forma muito significativa os resultados obtidos e assenta em hipóteses controversas. O tema é explanado no capítulo 4, «Agricultural factor markets».

A argumentação de Eric Monke no que respeita à *atribuição de custos ao trabalho familiar* sintetiza-se no seguinte (Monke, 1987a, 64, MT):

Os valores de mercado dos salários pagos constituem um indicador válido do valor implícito privado do trabalho agrícola no Noroeste. Quer o trabalho familiar, quer o trabalho assalariado, disputam os empregos não agrícolas, e esta competição deveria provocar uma equilibração entre as remunerações implícitas e explícitas do trabalho agrícola.

A ideia central subjacente a esta tese defendida por Monke é a de que a oferta de trabalho (procura de emprego), de que o trabalho agrícola familiar constitui uma parcela, é de natureza móvel e homogénea. Esta ideia é consistente com uma das hipóteses nucleares da metodologia proposta (trabalho é factor variável), mas Monke tenta suportá-la também a partir da análise empírica do mercado de trabalho português; o único sintoma que o autor nos consegue apresentar em abono da tese defendida é a relativa proximidade entre os valores dos salários agrícolas das várias regiões, bem como a semelhança entre os ritmos da sua evolução no período de 1965-1983 (cf. Monke, 1987a, 63-68).

Num país em que o trabalho agrícola assalariado representa menos de 20% e menos de 6%, respectivamente, do trabalho agrícola e do trabalho total e em que tais pesos se reduzem a expressão insignificante na maior parte das regiões (cf. Cordovil, 1991c, 20-27) é bem arriscado concluir daquele sintoma que «o mercado de trabalho parece ser razoavelmente bem integrado num sentido espacial» (Monke, 1987a, 63).

Uma investigação empírica mais aprofundada permitiria identificar múltiplas barreiras à *mobilidade* do trabalho aplicado na agricultura e vários sintomas de acentuada *segmentação* do mesmo. Este tema tem, aliás, sido estudado entre nós por alguns autores, concluindo-se, quase invariavelmente, pela limitada ou mesma nula *mobilidade potencial* de importantes *segmentos do trabalho agrícola familiar*, devido quer a características deste, quer sobretudo a factores externos (ausência de empregos alternativos na região de residência, barreiras à mobilidade geográfica, ...).

Mas não é sequer necessário invocar resultados de investigação empírica exteriores ao trabalho em análise para contraditar as hipóteses que sustentam que o *custo de oportunidade* privado do *trabalho agrícola familiar* deve ser equiparado ao valor dos salários agrícolas. De facto, a admissão destas hipóteses conduziu a resultados absurdos na avaliação da *rentabilidade privada* da maior parte dos «sistemas» de agricultura do Noroeste, chegando a apurar-se *custos em trabalho* superiores ao valor total das *receitas* (cf. Finan, 1987, 148).

A discussão dos problemas suscitados por esses resultados foi evitada nos capítulos principais da obra consagrados às questões teórico-metodológicas, mas acabou por ser enfrentada com clareza no capítulo 10.

Ali os autores começam por se interrogar nos seguintes termos (Fox e Finan, 1987a, 196-197, MT):

Ao estudarmos a dinâmica de mudança tecnológica e estrutural, é importante compreender por que é que, apesar dos pobres resultados económicos das pequenas explorações agrícolas face aos das maiores, não houve um maior ajustamento na agricultura do Noroeste.

Depois de referirem as limitações em terra e capital como factores bloqueadores daqueles ajustamentos, os autores suscitam explicitamente o problema da inadequação das hipóteses admitidas no cálculo dos *custos de oportunidade*.

Dada a importância e implicações dos seus comentários, justifica-se uma transcrição relativamente longa (id., *ibid.*, 198, MT):

Outra forma de interpretar os resultados apresentados no quadro n.º 10.4 [análise da rentabilidade privada de seis sistemas de agricultura representativos da agricultura do Noroeste em 1983] é averiguar o grau em que os recursos, especialmente o trabalho e capital, se encontram «presos» na pequena agricultura. A consequência da existência destes recursos não móveis [trapped resources] é que o custo de oportunidade usado para avaliar o trabalho da família e o capital possuído não se aplica em todos os casos. Por exemplo, o custo de oportunidade do trabalho feminino, de 62\$50 por hora, em 1983, pode não ser relevante para muitas mulheres que trabalham em pequenas explorações agrícolas. Os empregos disponíveis localmente e que asseguram este salário nem sempre estão disponíveis quando algumas mulheres desejam trabalhar.

Os autores reforçam ainda esta sua argumentação invocando, nomeadamente, outras características de alguns segmentos do trabalho agrícola familiar (idade, saúde) e acabam por concluir (id., *ibid.*, 198-199, MT):

Todos estes factores se encontram presentes em alguma medida no Noroeste e contribuem para a manutenção do trabalho em pequenas explorações agrícolas, onde as «remunerações» são significativamente mais baixas do que o custo médio de oportunidade do trabalho.

No que respeita à estimativa do *custo de oportunidade do capital na óptica privada*, a metodologia seguida por Monke baseia-se na admissão de que (Monke, 1987a, 68, MT):

As falhas do mercado — segmentação do mercado do capital, informação imperfeita e os complicados requisitos para realizar os investimentos — e os programas governamentais específicos de subsidiação do crédito podem provocar uma diferenciação das taxas marginais de rendimento entre indivíduos, sectores económicos ou regiões.

Atendendo ao carácter macroeconómico do estudo realizado, excluiu-se a possibilidade de análise especificada daquela diferenciação de taxas de rendimento. A via alternativa que foi seguida consistiu em estimar «valores modais para o conjunto da economia» e, depois, em determinar as «razões pelas quais os rendimentos no sector agrícola se afastam desses valores» (id., *ibid.*, 68). Neste sentido, as etapas prosseguidas pelo autor foram as seguintes (id., *ibid.*, 68-71):

- 1) Determinação da relação entre a parte do produto interno bruto considerada como rendimento do «capital» e o valor global do *stock* de capital;
- 2) Determinação da taxa de remuneração marginal do capital, tomando por referência a taxa média de remuneração estimada em 1) e admitindo a hipótese de que «os preços dos factores são iguais aos valores dos seus produtos marginais»;
- 3) Diagnóstico de vários factores (taxas reais negativas de rendimento dos depósitos a prazo, informalidade de importantes fontes de financiamento do investimento agrícola) que levam o autor a preconizar a adopção de uma taxa de remuneração marginal para o crédito agrícola inferior em 2% à taxa estimada para o conjunto da economia;
- 4) Consideração da existência das linhas de crédito subsidiadas, o que permitiria aos seus beneficiários (fundamentalmente grandes agricultores) obter uma redução média adicional de 2% nos custos com capital.

Esta sucessão de hipóteses e procedimentos de cálculo conduz o autor a atribuir um *custo de oportunidade privado ao capital* de 4% e 2%, respectivamente, para as pequenas e para as grandes explorações agrícolas (id., *ibid.*, 71).

Vejamos como se chega a estes valores. A relação entre os valores globais do rendimento e do *stock* de capital foi estimada em 15% [etapa 1)]. Considerando a hipótese 2) e conjugando a taxa média de remuneração do capital com o peso dos rendimentos de capital no PIB — estimado em 40% —, obteve-se uma *taxa de remuneração marginal do capital* de 6% [etapa 2)]. Partindo deste referencial, as considerações apontadas em 3) conduziram a atribuir um *custo de oportunidade privado aos capitais agrícolas não subsidiados* igual a 4% (6% - 2%). Tomando, finalmente, este último valor como base e considerando os efeitos de linhas de crédito bonificadas, deduziu-se um *custo de oportunidade privado para os capitais agrícolas subsidiados* de 2% (4% - 2%).

O autor insiste em que se trata de estimar apenas valores aproximados. Mesmo assim, penso que subestima a precariedade das deduções que efectuou. Primeiro, porque não se refere ao carácter aproximativo dos valores macroeconómicos que constituem o seu ponto de partida (valor e repartição do PIB na óptica do rendimento; valor do *stock* de capital). Segundo, porque não atende ao facto de que aquilo que designa por parcela de rendimento do capital na formação do PIB inclui, no caso português, uma componente significativa de rendimentos imputáveis a trabalho não assalariado.

Além do carácter precário dos valores estimados para as taxas de remuneração marginal do capital na óptica privada, que é inevitável quando se segue uma aproximação de índole macroeconómica, deve assinalar-se uma outra reserva aos valores arbitrados para os *custos de oportunidade* daquele factor: quando se pensa, não em investimentos novos, mas num *stock* de capital já constituído, a arbitragem de custos de oportunidade deve entrar em linha de conta com o *valor actualizado* e o *valor de liquidação* dos bens de capital considerados, e não apenas com as taxas de remuneração marginal alternativas.

Este último problema é, aliás, aflorado de forma explícita por Fox e Finan no texto já referido, em que questionam as hipóteses admitidas no respeitante aos custos de oportunidade (Fox e Finan, 1987b, 199, MT):

Certas rubricas do capital [...] são essencialmente fixas na agricultura tradicional. O seu valor em sistemas modernos é próximo de zero. Mas, como esses recursos fixos duram muitos anos, muitos agricultores não os querem abandonar e continuam a praticar uma agricultura tradicional, com uma taxa de remuneração do investimento aparentemente baixa.

Os comentários destes autores circunscrevem o problema à agricultura tradicional.

Mas as resistências à mobilidade dos recursos produtivos não constitui um traço específico deste ou daquele tipo de agricultura, e a avaliação do *grau de mobilidade potencial* de qualquer componente do capital fixo das explorações agrícolas pode discutir-se à luz de princípios teóricos gerais.

Michel Petit, apoiando-se em trabalhos anteriores de Glenn Johnson, parece-nos situar em termos apropriados a forma como a questão do *grau de mobilidade dos recursos produtivos* deve ser tratada (Petit, 1976, 167-168, MT):

Glenn Johnson propôs um método de análise para determinar quando é que um recurso é fixo ou variável. O carácter fixo dos recursos, que com Alfred Marshall era exógeno, torna-se agora endógeno. Um recurso será fixo se o valor capitalizado do valor esperado do seu rendimento marginal (MVP) for mais pequeno do que o seu preço de aquisição, mas maior do que o seu valor de liquidação [...]

Em geral, os valores de liquidação e os preços de aquisição são determinados por forças exteriores à exploração agrícola [...]

O valor do rendimento marginal de um *input* depende dos montantes e combinações dos outros recursos utilizados na exploração agrícola, das técnicas empregues e dos preços dos produtos vendidos.

O desafio que esta forma de colocar a questão nos põe é bem mais complicado do que os que resultam de se postular o carácter fixo ou móvel de um recurso produtivo. No entanto, representa um caminho mais útil se quisermos compreender as decisões dos agricultores e avaliar de forma adequada a rentabilidade privada das explorações agrícolas.

Segundo o método proposto por Johnson, as características internas das explorações agrícolas influenciam o grau de mobilidade dos recursos. Neste sentido, um mesmo recurso produtivo pode apresentar um grau de mobilidade potencial diferente em dois tipos distintos de exploração agrícola. Nomeadamente, porque as diferenças na tecnologia adoptada e na remuneração atribuída aos vários recursos podem conduzir a que o valor actualizado do rendimento esperado da aplicação desse recurso produtivo se situe em níveis nitidamente distintos nos dois tipos de agricultura considerados.

No entanto, em grande parte das explorações agrícolas a resistência à mobilidade de algumas parcelas do capital será sempre forte. Basta lembrar a importância que assumem no capital agrícola algumas componentes cujos valores de liquidação são, regra geral, nulos ou negativos (plantações arbóreas e arbustivas, certas construções ...).

Estamos agora em condições de formular uma síntese das considerações críticas anteriormente apresentadas sobre a *metodologia PAM* no que respeita à avaliação, na *óptica privada*, dos *custos de oportunidade* atribuídos ao trabalho e ao capital.

Em meu entender, as hipóteses e deduções que, na metodologia PAM, sustentam a atribuição desses custos de oportunidade revestem-se de carácter precário e normativo: precário, porque recorrem a alguns elementos de informação e estimativas muito falíveis; normativo, porque vêm a fundamentar juízos de valor comparativos entre os vários tipos de agricultura.

Além disso, os autores não analisaram a sensibilidade dos indicadores de rentabilidade privada às hipóteses admitidas, nem consideraram critérios alternativos ao lucro para avaliar essa rentabilidade. Os resultados da ampla investigação empírica realizada acabaram, pois, por ser fornecidos de uma forma que dificulta a sua utilização por todos aqueles que não se identificam completamente com a metodologia seguida.

1.4. EFICIÊNCIA ECONÓMICA

Analisou-se a metodologia do modelo PAM no que se refere à *óptica privada* ou *empresarial*. Interessa considerar agora a *óptica de eficiência económica* ou *social*. A mudança de perspectiva traduz-se, essencialmente, em substituir os valores dos preços e custos efectivamente praticados ou suportados pelos agricultores por aqueles preços e custos que se considera conduziriam à afectação mais *eficiente* dos recursos produtivos disponíveis.

Os autores da obra em análise consideram que, para «todos os produtos que são transaccionáveis internacionalmente, os preços sociais apropriados são os preços mundiais» e que os factores produtivos internos — trabalho e capital — devem ser avaliados pelo «seu custo de oportunidade social — o montante do rendimento nacional perdido por se retirar uma unidade de factor da sua melhor utilização alternativa» (Pearson, 1987a, 31).

Esta forma de colocar as questões continuava a depender de pressupostos de *mobilidade e pleno emprego* dos recursos produtivos.

Na prática, os *valores de eficiência* ou *sociais* dos *custos dos factores* foram baseados em procedimentos simplificados: para o factor trabalho considerou-se como custo de oportunidade social o salário praticado, não incluindo os encargos respeitantes à segurança social nem as regalias contratualizadas que ultrapassassem os doze meses de salários; para o capital estimou-se uma taxa de remuneração de 8%, fundamentalmente com base numa avaliação do *custo real do crédito formal* para investimento; finalmente, não foram estimados *custos de oportunidade social* para a terra, invocando-se a inexistência de qualquer método fiável para esse efeito (cf. Monke, 1987a, 67, 71-73 e 78).

Recorde-se que as diferenças entre os montantes contabilizados para os *custos, receitas* ou *lucros* segundo a *óptica privada* e aqueles montantes que se apuram, para os mesmos agregados, considerando a *óptica da eficiência* são imputáveis à influência das *políticas*. Atendendo às convenções contábeis adoptadas na metodologia PAM — na sua aplicação ao caso português —, aquelas diferenças resultam, no que respeita à fase primária dos «sistemas» de agricultura, fundamentalmente:

- De discrepâncias entre os preços pagos (*inputs*) ou recebidos (produtos) pelos agricultores e aqueles que se verificariam na ausência de barreiras ao comércio internacional e de subsídios ou impostos afectando os bens por eles transaccionados;
- Do desnível entre o *custo de oportunidade* atribuído na *óptica privada* ao capital (2% a 4%) e aquele que lhe foi imputado na *óptica de eficiência* (8%);
- Do excesso do *custo de oportunidade do trabalho* assalariado agrícola apurado na *óptica privada*, face ao que se contabiliza na *óptica de eficiência*, em virtude de nesta segunda óptica se considerarem apenas os salários nominais pagos, enquanto na primeira se agrava este montante em 24%, de forma a contemplar os encargos sociais adicionais (estes encargos só foram contabilizados para os «sistemas» de agricultura do Ribatejo e Alentejo).

Em resultado do perfil assumido por estas diferenças, os «sistemas» de agricultura do Alentejo e Ribatejo, que recorrem mais intensamente a trabalho assalariado, apresentam *custos privados* em trabalho mais elevados do que os que se apuram em termos *sociais*, acontecendo o inverso com os custos em capital, em que estes «sistemas» são fortemente subsidiados. Nos «sistemas» de agricultura (continuamos a referir-nos apenas à fase primária dos «sistemas») do Norte os custos contabilizados em trabalho não se alteram quando se passa da *óptica privada* à *óptica de eficiência*. Em contrapartida, os custos em capital apurados na óptica de eficiência excedem significativamente aqueles que se apuram na óptica privada, em virtude do diferencial entre as taxas de remuneração atribuídas em cada uma delas.

No que respeita aos custos com *inputs transaccionáveis* e às receitas resultantes da venda dos produtos agrícolas, as diferenças entre os montantes calculados na *óptica de eficiência* e na *óptica privada* são muito variáveis de uns «sistemas» para outros, dependendo do sinal e do grau de subsídio de que eles beneficiam através da acção das políticas de preços e mercados.

1.5. AGRICULTORES, POLÍTICAS E MUDANÇA TECNOLÓGICA

Dos meados dos anos 70 aos primeiros anos de 80 assistiu-se em Portugal a uma proliferação de diagnósticos e planos sobre a agricultura portuguesa, norteados por uma ideia central: a necessidade de modernização da agricultura e a sua preparação para a integração na CEE. Embora as tomadas de posição fossem em grande número, traduzindo-se quer em depoimentos individuais, quer em documentos de natureza institucional (planos, programas ou projectos de responsabilidade ou com participação do Ministério da Agricultura), as ideias que consubstanciavam eram relativamente poucas. Fernando Baptista, num artigo publicado em 1986, referindo-se a este processo, pôde caracterizar de forma muito abreviada, mas rigorosa, os aspectos nucleares daquelas ideias, tomando por referência vinte documentos diferentes (cf. Baptista, 1986, 442-444).

Em alguns aspectos importantes o trabalho do grupo PES e, em particular, a obra *Portuguese Agriculture in Transition* representam um prolongamento das posições que Oliveira Baptista designou como «projecto CEE». Isto acontece, nomeadamente, no que respeita à defesa de uma orientação para a política agrícola sócio-estrutural selectiva e discriminante da pequena agricultura (v., *infra*, n.º 1.7).

No entanto, na obra que temos vindo a analisar revelam-se também alguns pontos importantes de rotura face ao discurso convencional anterior, e mesmo contemporâneo, à sua publicação. Destacamos, a este propósito: primeiro, a refutação da ideia de que em Portugal não existiriam políticas agrícolas de orientação coerente e definida; segundo, a contestação da tese de que a agricultura portuguesa seria um sector estagnado. Estes dois pontos merecem uma apreciação mais detalhada; é o que se fará de seguida.

Os autores que têm analisado a política agrária portuguesa desenvolvida durante o período de vigência do regime ditatorial partilham, em alguns aspectos, posições comuns: aquela política terá sido não desenvolvimentista, fortemente intervencionista, muito influenciada pela questão do abastecimento interno em produtos alimentares. Há ainda um certo consenso na forma de demarcar as principais fases de evolução da política agrária antes de 1974, diferenciando, nomeadamente, o período que vai do pós-guerra ao início dos anos 60 da fase subsequente (cf., por exemplo, Baptista, 1984 e 1985, e Pinto *et al.*, 1984).

No entanto, em alguns pontos as perspectivas de análise das políticas agrícolas do passado, pré e pós-25 de Abril de 1974, distinguem-se de forma nítida. Destaco, a este título, três posições diferentes: uma primeira individualiza-se por insistir nas ideias da «marginalização» e «subordinação» global do sector agrícola e na atribuição de «incoerência» às políticas agrícolas (cf., nomeadamente, Girão, 1979, 119-127, e Pinto *et al.*, 1984); uma segunda posição, embora assinalando as relações de subordinação das políticas agrícolas a interesses exteriores à sociedade rural, destaca a unidade e coerência daquelas políticas no que respeita ao seu papel na protecção e privilégio à grande agricultura (cf. Baptista, 1984 e 1985); a terceira posição partilha com a segunda a ideia de que as políticas agrícolas se têm caracterizado por um continuado privilégio à grande agricultura, mas apresenta como principal traço distintivo o facto de destacar o papel unificador e orientador que o pensamento dominante em matéria económica e agronómica tem exercido sobre aquelas políticas (cf. Carvalho, 1984).

A obra *Portuguese Agriculture in Transition* inclui uma desenvolvida análise das políticas agrícolas seguidas em Portugal antes de 1983 (cf., nomeadamente, Josling *et al.*, 1987a, 41-51, e Monke, 1987a, 64-78). Tirando partido das virtualidades da metodologia PAM para quantificação dos efeitos das políticas e beneficiando de um certo distanciamento em relação às instituições político-administrativas internas, os autores que procederam a essa análise sustentam que não só ao nível das políticas de mercados e preços, mas também no âmbito da política de crédito, a subsidiação do sector agrícola, embora atingindo todos os *sistemas*, privilegiou a grande agricultura e os segmentos produtivos mais capitalizados (cf. Pearson e Monke, 1987, 23-27, Josling *et al.*, 1987a, 41 e 44-45, Monke, 1987a, 70-71, e Finan, 1987, 154).

Embora se tenha assinalado a inabilidade dos sucessivos governos, pré e pós-25 de Abril, para promoverem as mudanças tecnológicas e estruturais adequadas (cf. Pearson, 1987b, 270), não se subscreveu a interpretação de que aqueles governos actuariam segundo uma lógica destituída de coerência e intencionalidade no que respeita à defesa de interesses de alguns grupos sócio-económicos de sede agrícola.

Um dos qualificativos de que se usa e abusa quando se fala da agricultura portuguesa é o de «estagnação». O que este hábito revela é mais a estagnação do conhecimento sobre a agricultura do que propriamente a situação desta actividade produtiva. De facto, quando se ultrapassa o nível das generalidades, baseadas nos resultados agregados da contabilidade nacional, e se passa a uma análise da evolução dos diferentes segmentos produtivos da agricultura portuguesa, é mais frequente depararmos com transformações técnicas e sócio-económicas intensas do que com estagnação. Note-se que o termo *transformação* tanto pode designar fenómenos de declínio e mesmo abandono de certas actividades ou práticas produtivas como de crescimento, inovação técnica, reorientação produtiva, etc.

Um dos pontos fortes da obra que estamos a analisar é ter dado um contributo vigoroso para combater a tese da «estagnação» da agricultura portuguesa e, em particular, para refutar que os pequenos agricultores sejam por natureza resistentes à inovação.

Scott Pearson (1987b, 270, MT), no capítulo de conclusão, não podia ser mais claro a este propósito:

Embora a maior parte da agricultura portuguesa seja menos produtiva e menos avançada tecnicamente do que a agricultura de outros países da Comunidade Europeia, o sector está longe da estagnação.

E, em reforço desta sua afirmação, após referir alguns processos de transformação que ocorreram na agricultura portuguesa, conclui que eles (id., *ibid.*, 270, MT):

[...] atestam a presença de uma população agrícola altamente interessada na mudança técnica e estrutural e no aumento da eficiência. Mas a grande tragédia para os agricultores portugueses é que o governo não tem querido ou não tem sabido facilitar as mudanças adequadas.

Estas conclusões fundamentam-se na análise empírica dos «sistemas» de agricultura das várias regiões, a que é consagrada grande parte do livro. Neste aspecto, um dos capítulos merece uma referência destacada.

Jeffery Bentley oferece-nos no capítulo 9, «Technical change in a North-west Parish», uma exemplar análise das transformações tecnológicas ocorridas numa pequena freguesia do Noroeste. Cobrindo um longo período (1940-1984), essa análise associa uma grande riqueza informativa à formulação de uma explicação integrada dos diferentes factores que teriam condicionado aquelas transformações.

O seu estudo desemboca na seguinte conclusão (Bentley, 1987, 186, MT):

Embora os agricultores no Noroeste tenham, em média, três a quatro anos de educação formal, são qualificados na sua actividade agrícola. As muitas mudanças tecnológicas que adoptaram nos últimos quarenta anos demonstram que respondem racionalmente aos incentivos económicos. As políticas agrícolas futuras deveriam admitir que os agricultores de pequena dimensão são sofisticados agrónomos e economicamente e que compreendem os constrangimentos que limitam as suas escolhas.

1.6. EFEITOS DA INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

Como o seu próprio título sugere, a obra colectiva que temos vindo a analisar teve como preocupação central contribuir para avaliar os impactos exercidos sobre a agricultura portuguesa ao longo da sua transição para uma plena integração na disciplina comunitária.

Neste sentido, e adoptando um ponto de vista pragmático, para o período posterior a 1983 a análise de *eficiência* (v., supra, n.º 1.4) baseada nos preços mundiais é abandonada em favor daquilo que os autores designam por estudo da *eficiência projectada* (cf. Pearson, 1987a, 36), o que se traduz, essencialmente, em tomar como padrão de avaliação os *preços eurosociais*, isto é, os que decorrem da adopção plena da política agrícola comum, em vez dos *preços mundiais*.

A avaliação da eficiência projectada dos vários «sistemas» de agricultura foi realizada para diferentes momentos do período que medeia entre 1983 e 1996 e baseou-se em previsões quanto à evolução dos preços agrícolas comunitários, das taxas de câmbio de mercado e verde, da inflação (cf. Josling *et al.*, 1987a, 51-61) e das remunerações reais dos factores internos — trabalho e capital (cf. Monke, 1987a, 78-82). No caso dos «sistemas» de agricultura do Noroeste foram também estudados os efeitos de algumas hipóteses de alteração tecnológica admitidas como viáveis (cf. Fox e Finan, 1987b, 210-218).

Estas projecções são sempre arriscadas, particularmente quando se enfrenta uma situação de inversão do ciclo económico, como a que viria a ocorrer em Portugal após o momento em que aquelas previsões foram fixadas. Compreende-se, assim, que o cenário admitido de comportamento da economia portuguesa tenha subavaliado o crescimento económico e sobreavaliado a inflação que viriam a verificar-se (cf. Josling *et al.*, 1987a, 58, e Monke, 1987a, 80).

Apesar da margem de erro que aquelas previsões comportam, as conclusões principais a que os autores chegaram, no que respeita à avaliação da intensidade e pontos de incidência dos impactos decorrentes da integração na Comunidade Económica Europeia, são válidas e constituem um elemento útil de informação.

Em termos gerais, o que o estudo em análise permite concluir é que a eliminação gradual da intervenção do governo português na formação dos preços pagos e recebidos pelos produtores agrícolas irá reduzir drasticamente a influência da política agrícola interna na rentabilidade privada dos «sistemas» de agricultura e que isso se traduzirá por pressões muito fortes sobre importantes segmentos da esfera produtiva agrícola (cf., nomeadamente, Pearson e Monke, 1987, 26-27, e Josling *et al.*, 1987b, 225-231).

Ainda mais importante do que aquela conclusão geral é a tentativa, parcialmente conseguida, de avaliar o ritmo e pontos de incidência previstos daquelas pressões sobre a *rentabilidade* dos «sistemas» de agricultura e a *capacidade competitiva potencial* destes no contexto comunitário. Essa avaliação foi realizada ao longo dos vários capítulos consagrados à análise empírica dos «sistemas» de agricultura e constituiu uma orientação para que os agentes públicos ou privados pudessem planificar antecipadamente as acções de ajustamento necessárias.

A análise da eficiência projectada dos «sistemas» de agricultura de cada região foi sempre complementada por alguns comentários quanto às alterações

previsíveis do perfil da orientação produtiva agrícola regional. A ideia geral que orientou esses comentários é simples: os «sistemas» que, face às transformações previstas, se mostram mais competitivos deverão vir a ganhar posições relativas mais fortes, acontecendo o inverso com os «sistemas» cuja rentabilidade privada projectada tende a deteriorar-se.

Como já referimos, a reflexão sobre a evolução previsível dos «sistemas» de agricultura do Noroeste foi a mais ambiciosa, pois incorporou a discussão das possibilidades de transformação tecnológica e sócio-estrutural (cf. Fox e Finan, 1987a e 1987b). No entanto, é justamente no âmbito desta discussão que as insuficiências da metodologia PAM vêm a revelar-se de forma mais nítida.

1.7. TEORIA ECONÓMICA NORMATIVA E ESTRATÉGIA POLÍTICA SELECTIVA

Há uma contradição latente em todo o livro *Portuguese Agriculture in Transition*, mas que se tornou mais evidente quando se procuraram discutir as perspectivas de mudança tecnológica e estrutural no Noroeste de Portugal.

Esta contradição opõe a linha de teorização que domina e estrutura o conjunto da obra — a qual se caracteriza por uma visão *restritiva* dos *critérios de avaliação económica* e por uma perspectiva *evolucionista* do que é o *progresso tecnológico* — a uma certa perplexidade e, por vezes, até a um início de reconsideração de atitude teórica quando na análise empírica se detectam «sistemas» de agricultura que, embora se apresentem como não «rentáveis», não «eficientes» e tecnologicamente pouco «evoluídos» («modernizados»), denotam, no entanto, grande dinamismo produtivo e mesmo tecnológico (pequena produção leiteira no Noroeste, por exemplo).

Já explicitei anteriormente as razões que me levam a considerar a perspectiva de análise económica da metodologia PAM como restritiva (v., supra, n.ºs 1.3 e 1.4). Esta perspectiva é também parcialmente responsável pela tendência para encarar a mudança tecnológica de um ponto de vista evolucionista e normativo.

De facto, a hierarquização estabelecida entre «sistemas» de agricultura com base em critérios restritivos de rentabilidade e de eficiência económica tende a ser transposta para o domínio da tecnologia através do raciocínio de que o que é mais rentável e eficiente economicamente é também superior em termos tecnológicos.

Embora de forma menos patente, verifica-se também um raciocínio semelhante iniciado do lado da tecnologia: o progresso tecnológico mede-se fundamentalmente pela substituição do trabalho por capital, de forma a garantir a elevação da produtividade; logo na análise da eficiência económica deve pontuar-se positivamente a *intensidade em capital* que os «sistemas» de agricultura apresentam. O papel decisivo atribuído, no modelo PAM, ao indicador *lucro por hectare* vai justamente neste sentido, ao privilegiar as explo-

rações agrícolas que procuram o lucro e, entre estas, as que adoptam modelos tecnológicos mais intensivos em capital.

Este entrosamento entre uma concepção restritiva do que são a rentabilidade e a eficiência económica e uma visão evolucionista do que é o progresso tecnológico está, desde logo, patente no segundo capítulo, «Methods of analysis» (cf. Pearson, 1987a, 39), embora num apontamento muito abreviado. Mais desenvolvida e também mais ilustrativa é a análise apresentada por Roger Fox e Timothy Finan quando discutem as possibilidades de transformação tecnológica da agricultura do Noroeste (cf. Fox e Finan, 1987a e 1987b).

Estes autores, apoiando-se em resultados de um capítulo anterior (Finan, 1987) e no quadro teórico e metodológico PAM, propõem-se (Fox e Finan, 1987a, 190, MT):

[...] desenvolver um modelo descritivo e analítico que possa ser usado para discutir as transformações técnicas passadas e fornecer as bases para compreender as possibilidades e limitações das alterações futuras.

Tal *modelo de análise da mudança tecnológica* vai guiar-se pelas seguintes ideias (id., *ibid*, 190-191, MT):

Além de se diferenciarem quanto ao nível tecnológico, as explorações agrícolas diferenciam-se quanto à dimensão e grau de especialização. As explorações agrícolas maiores tendem a ser as mais avançadas tecnologicamente e as mais especializadas [...]

A mudança na agricultura do Noroeste tem seguido duas trajectórias possíveis — ou uma trajectória horizontal, sem alteração significativa de dimensão, ou uma trajectória vertical, envolvendo simultaneamente modernização e aumento de dimensão [...]

O futuro das pequenas explorações agrícolas e as possibilidades da sua transformação em explorações maiores constituem temas centrais [...] Obviamente, existem muitas possibilidades intermédias. A dimensão das explorações agrícolas varia entre as grandes e as muito pequenas, e os níveis de tecnologia do tradicional e trabalho-intensivo até ao moderno e capital-intensivo.

Depois de traçado o modelo de evolução tecnológica, os autores analisaram a rentabilidade privada de seis «sistemas» representativos da agricultura do Noroeste, tendo abarcado o conjunto das actividades das explorações agrícolas e utilizado a metodologia de cálculo económico da PAM (v., *supra*, n.º 1.3).

Quatro dos seis «sistemas» seleccionados tinham como actividade principal a produção de leite de vaca e foi em torno deles que se centrou a argumentação. Estes quatro «sistemas» foram designados, respectivamente, por pequena exploração tradicional, pequena exploração leiteira, média exploração leiteira e grande exploração leiteira.

No quadro n.º 1 apresenta-se uma síntese das características técnicas e económicas da exploração agrícola tipo que define cada um destes «sistemas» de agricultura.

**Características técnicas e resultados económicos de quatro «sistemas»
de agricultura do Noroeste (1985)**

[QUADRO N.º 1]

	Sistemas			
	Pequena exploração tradicional	Pequena exploração leiteira	Média exploração leiteira	Grande exploração leiteira
Área por exploração (hectares)	1	1	3	10
Número de vacas por exploração	2	2	12	36
Horas de trabalho directo por hectare	2052	2645	819	595
Percentagem de trabalho feminino	72	76	37	38
Tracção (horas por hectare):				
Tractor	6,7	40,5	198,3	239,5
Animal	742	—	—	—
Fertilizantes (kg/ha)	141	252	555	664
Calcário (kg/ha)	—	750	1000	1125
Rações (kg/vaca)	—	305	1005	1482
Receitas (1000\$00/ha)	198,6	296,3	489,8	487,1
Custos (1000\$00/ha)	248,2	319,9	418,7	428,1
Rendimento da terra e gestão (1000\$00/ha)	- 49,6	- 23,6	71,1	59,0
VAD* (1000\$00/ha)	99,4	170,4	173,8	141,4
VAD* em percentagem do rendimento comparável do trabalho	67	88	170	172
Custos com trabalho em percentagem do custo total	60	61	24	19

* VAD = valor acrescentado disponível para trabalho, gestão e terra = valor acrescentado - custos em capital = = receita - *inputs* transaccionáveis - custos com capital.

Os indicadores incluídos nas últimas três linhas do quadro foram calculados por nós com base nos elementos fornecidos pelos autores (id., *ibid.*, 196).

Fonte: Adaptado de Fox e Finan, 1987a, 194-196.

Com base nos elementos obtidos, os autores tiraram as seguintes conclusões (id., *ibid.*, 195, MT):

As estimativas da rentabilidade privada dos seis sistemas representativos ao nível do conjunto da exploração agrícola demonstram os incentivos para a mudança tecnológica e para a especialização postulados no modelo [...]

Os sistemas de maior dimensão e mais modernos apresentam muito maior rentabilidade por hectare e por exploração.

Fecha-se, assim, um ciclo de argumentação, que poderemos resumir esquematicamente da seguinte forma:

pequeno / não especializado / tradicional / trabalho-intensivo <=> não rentável
↓ Trajectória do progresso
grande / especializado / moderno / capital-intensivo <=> rentável

Na demonstração que nos foi sendo apresentada os subentendidos são tão ou mais importantes do que os argumentos explícitos. Esses subentendidos, ou argumentos implícitos, são fundamentalmente os seguintes:

- a) É possível estabelecer *critérios exógenos de «bondade» tecnológica* e esses critérios tendem a variar concomitantemente;
- b) É possível estabelecer *critérios exógenos de rentabilidade económica privada*;
- c) Os *critérios de rentabilidade económica privada* e os *critérios de «bondade» tecnológica* são deduzidos de *forma independente*.

Se algum destes pressupostos for posto em causa, ficará prejudicado o valor lógico da demonstração realizada por Fox e Finan. E eu penso que existem razões para refutar não só um destes pressupostos, mas todos eles.

O pressuposto a) é controvertível pelas seguintes razões: primeiro, porque face a nenhuma das antíteses que ele invoca (pequeno/grande, especializado/não especializado, tradicional/moderno, trabalho-intensivo/capital-intensivo) é hoje possível sustentar o carácter indiscutível da opção técnica; segundo, porque a evidência empírica desmente com muita frequência a *variação concomitante* dos critérios de *«bondade» tecnológica* sugeridos, como se comprovou, aliás, pelos resultados de investigação de que os autores nos dão conta (v. n.º 1.5).

O pressuposto b) só é aceitável para quem defenda que, não obstante as diferenças radicais existentes entre os «sistemas» produtivos analisados (v. quadro n.º 1), os agricultores que os orientam se pautam pelos mesmos *objectivos e critérios de avaliação económica*. Além disso, a associação que os autores fazem entre lucro por hectare e rentabilidade privada não foi objecto de fundamentação convincente na obra em análise.

O pressuposto c) também não resiste a uma análise lógica. Ao estabelecer-se como *critério de rentabilidade* o *lucro por hectare*, está-se implicitamente a consagrar as tecnologias que se baseiam numa forte aplicação de capital e numa reduzida utilização de trabalho por hectare. A evidência empírica

de que os valores mais elevados do lucro por hectare ocorrem nas explorações de maior dimensão e mais intensivas em capital apenas confirma a estreita *interdependência* entre os conceitos envolvidos. A afirmação com que os autores fecharam a sua argumentação incorre, assim, numa petição de princípio, não tendo valor demonstrativo.

O perfil dos resultados da investigação empírica realizada por Fox e Finan foi ainda influenciado pela opção que estes fizeram quanto aos «sistemas» de produção de leite considerados «representativos» e quanto às designações que lhes atribuíram. Essa opção é questionável porque se traduziu na inclusão de dois «sistemas» de topo, com estruturas técnicas e económicas muito semelhantes, ao mesmo tempo que deixou a descoberto a ampla e representativa faixa intermédia da produção leiteira do Noroeste, constituída por explorações com efectivos médios da ordem das 4 a 6 vacas. Se se tivesse incluído um «sistema» correspondente a esta faixa intermédia, reduzindo os dois sistemas do topo apenas a um, certamente se obteria uma informação mais diversificada, representativa e instrutiva para uma análise económica comparada. Além disso, não se correria um risco tão grande de recorrer a uma *argumentação antitética*, que acaba por iludir a *diversidade e gradação de situações* que efectivamente se verifica.

Poderá pensar-se que a substituição dos indicadores de rentabilidade privada adoptados por outros mais apropriados à estrutura e lógica económica de cada «sistema» de agricultura não provocaria alterações sensíveis das conclusões. Mas a verdade é outra: tais alterações afectariam não só o grau, mas também o sentido global, das conclusões que os autores deduziram.

A título ilustrativo das implicações que pode trazer a consideração de indicadores de rentabilidade diferentes, confrontem-se os panoramas fornecidos no quadro n.º 1, respectivamente, pelo indicador «lucro por hectare» e pelos indicadores alternativos «*valor acrescentado disponível* (VAD) por hectare» e «VAD em percentagem do rendimento comparável do trabalho».

Observem-se, por exemplo, os resultados da pequena produção leiteira: considerando o indicador «lucro por hectare», surgiam como negativos e muito distanciados face aos da «média» e «grande» produção; se tomarmos por referência o indicador «VAD por hectare», aparecem como semelhantes ao da «média» produção e superiores ao da grande; por último, se olharmos a relação «VAD/rendimento comparável do trabalho», verificamos que ela se situa em 88%. Quanto a este último indicador, deverá notar-se que a pequena produção leiteira utiliza *trabalho* em grande parte *não transferível*, uma vez que é em 76% prestado por mulheres (v. quadro n.º 1, linha 4) e as *taxas de emprego formal* femininas e a *capacidade de absorção do êxodo agrícola feminino* eram manifestamente reduzidas em grande parte do Noroeste de Portugal (v. Cordovil, 1991c, 12-13 e 18-19).

Em síntese, ao substituírmos o lucro por hectare por outros *indicadores de rentabilidade privada* mais adequados à lógica económica da pequena produção leiteira do Noroeste, aquilo que parecia não rentável e mesmo absurdo economicamente ganha contornos de facto compreensível e, na *óptica privada*, até rentável.

Mais significativos do que os resultados deste pequeno exercício, puramente ilustrativo, são trabalhos como o de Pedro Damião Henriques *et al.* (1987), que, partindo de informação de base e de uma metodologia semelhante à da PAM, mas incorporando hipóteses alternativas quanto aos *critérios de avaliação económica e à mobilidade dos factores*, chegam a previsões muito diferentes das apresentadas por Fox e Finan no que respeita à capacidade de resposta dos diferentes sistemas de produção do Noroeste ao impacto produzido pela integração na CEE (cf., a propósito, Fox e Finan, 1987b, 210-218, com Henriques *et al.*, 1987, 9-15).

A análise desenvolvida no livro *Portuguese Agriculture in Transition* veio a culminar num capítulo, de autoria de Scott Pearson, onde se apresenta uma síntese das conclusões obtidas quanto aos impactos e ajustamentos a que a agricultura portuguesa será submetida ao longo do período de transição e onde se preconiza uma orientação estratégica para a política agrícola.

O diagnóstico-síntese incluído naquele capítulo assinala as regiões e «sistemas» de agricultura que deverão apresentar-se como *competitivos* no contexto comunitário e os que, pelo contrário, enfrentarão maiores pressões e necessidade de ajustamento, devido à deterioração acentuada da sua *rentabilidade* em termos privados e sociais.

Neste último grupo destacam-se os «sistemas» de produção de cereais e de criação de gado em solos pobres do Alentejo e a maioria dos «sistemas» de agricultura do Noroeste praticados pelas pequenas explorações agrícolas (cf. Pearson, 1987b, 263-264). Estes últimos foram objecto de comentários mais desenvolvidos, sobretudo porque se considerou que ali irão verificar-se «de longe os mais difíceis e dolorosos ajustamentos» (id., *ibid.*, 264).

Scott Pearson assinala a «ironia» da situação criada pelo processo de integração à pequena agricultura do Noroeste (id., *ibid.*, 264-265, MT):

Os agricultores responderam às alterações de preços, pouparam, investiram, alteraram tecnologias agrícolas e prosperaram.

A ironia é que este quadro encorajador deverá mudar dramaticamente no quadro das políticas da Comunidade Europeia.

As razões apontadas para esta «dramática mudança» repousam no facto de a pequena agricultura do Noroeste se encontrar especializada em produtos em que a CEE é largamente excedentária, daí resultando uma tendência para um declínio dos seus preços reais (id., *ibid.*, 265).

A previsão dos autores é a de que aquela tendência dos preços, conjugada com o previsível aumento dos salários reais — e portanto dos *custos de oportunidade* do trabalho agrícola —, determinará uma degradação muito acentuada da rentabilidade dos «sistemas» de pequena agricultura do Noroeste (leite e vinho de baixa qualidade sobretudo). Uma vez que se previu também que os efeitos de compensação que poderão ser obtidos por alterações de especialização produtiva serão reduzidos, admite-se, finalmente, que muitas explorações agrícolas deverão desaparecer e que o *êxodo agrícola* será significativo (id., *ibid.*, 265-266, e Fox e Finan, 1987b, 216-217).

Embora seja este o tom geral das previsões, afloram, por vezes, comentários em contracorrente que se prendem sobretudo com dois aspectos: a admissão de que as hipóteses de cálculo adoptadas na metodologia PAM poderão não traduzir bem a lógica económica dos pequenos agricultores (v. discussão anterior em 1.3; cf. também Fox e Finan, 1987b, 216-227, e Pearson, 1987b, 266) e a consideração de que o volume do *êxodo agrícola* será condicionado por forças de *atração externa* e não apenas por um efeito de *repulsão interna* (cf. Fox e Finan, 1987b, 217, e Pearson, 1987b, 265).

Scott Pearson inicia a defesa de uma *estratégia para condução da política agrícola portuguesa* demarcando os domínios em que esta poderá e deverá incidir. Dada a drástica redução da margem de manobra do governo português no que respeita às políticas de mercados e preços, uma vez que as suas competências neste campo vão sendo progressivamente perdidas a favor dos centros de decisão comunitários, o autor considera que a via principal que continuará aberta para influenciar o desenvolvimento da agricultura será a «selecção dos projectos de investimento público (incluindo a investigação pública e privada no domínio agrícola)» (id., *ibid.*, 262).

Para esta política de investimento o autor preconiza uma estratégia baseada na «especialização eficiente de acordo com as vantagens comparativas» (id., *ibid.*, 262).

Scott Pearson insiste na ideia de que os problemas sociais, nomeadamente nos planos do emprego e rendimento, provocados pela pressão exercida sobre os segmentos menos competitivos da agricultura terão de ser enfrentados, em grande parte, através de medidas de âmbito *rural*, mas não especificamente agrícolas (id., *ibid.*, 263 e 266), destinadas, em particular, a apoiar aqueles que terão de abandonar a agricultura.

A orientação proposta sintetiza-se então no seguinte (id., *ibid.*, 263, MT):

Os agentes políticos deverão prosseguir dois objectivos distintos. Um é apoiarem os agricultores nas actividades viáveis, de forma a aumentarem a sua competitividade através do investimento na mudança tecnológica. O outro é aliviar os dolorosos custos de ajustamento fora da agricultura, a suportar pelos agricultores sem opções e cujas actividades são tão deficitárias que não parecem susceptíveis de recuperação.

Posta assim a questão, o problema crucial é saber quem são os agricultores *viáveis*, ou potencialmente viáveis, e quais os que, por não o serem, devem ser excluídos dos apoios públicos em matéria de investimento e investigação agrícola.

O autor evita pronunciar-se em termos precisos sobre a questão, mas não deixa de afirmar que «os resultados deste livro, no entanto, fornecem orientações para limitar a lista dos possíveis candidatos ao investimento público» (id., *ibid.*, 268).

Esta indicação final funciona na prática como um veredicto de exclusão daqueles que, à luz da metodologia de cálculo económico proposta pelos autores, foram sendo classificados como *não rentáveis* e *não eficientes*.

Com certa ironia, uma boa parte dos candidatos àquela exclusão encontram-se entre os grupos de agricultores que demonstraram — segundo a opinião dos autores (v., supra, n.º 1.5) — maior dinamismo produtivo e técnico nos últimos anos. Esta contradição é motivo de perplexidade e suscitou mesmo reflexões críticas sobre as hipóteses admitidas no modelo PAM (v., supra, n.º 1.3), mas não foi considerada suficientemente forte para levar a uma revisão parcial dessa metodologia nem para eliminar a pretensão de se ter construído uma análise capaz de «reduzir a lista dos possíveis candidatos a investimento público».

Já expliquei anteriormente (v., em particular, ponto 1.3 e parte inicial deste ponto 1.7) por que é que considero *precárias* e *normativas* algumas das *opções de cálculo económico da PAM* e tentei também demonstrar que essas opções conduzem na prática a uma distorção dos resultados em prejuízo dos «sistemas» de agricultura que não têm como objectivo a procura do lucro e/ou não são capital-intensivos.

Não discutirei, nesta oportunidade, a concepção dos autores no que respeita à noção de eficiência na óptica social. No entanto, no que respeita à *análise da rentabilidade e viabilidade dos «sistemas» de agricultura* na óptica privada, penso ter avançado argumentos suficientes para se poder concluir que a metodologia proposta ganharia em ser revista em alguns pontos nucleares. Refiro-me, em particular, à necessidade de se abordar de forma menos simplista a questão da «mobilidade dos recursos vs. custos de oportunidade» (v., supra, n.º 1.3.) e de se admitir que os *objectivos* e *estratégias* produtivas dos diferentes tipos de agricultores não são reconduzíveis a um *critério universal de avaliação*, seja ele o lucro ou outro qualquer.

2. DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA FAMILIAR E TECNOLOGIAS APROPRIADAS

O papel dos pequenos e médios agricultores familiares no desenvolvimento da agricultura portuguesa tem vindo a ser estudado, de forma sistemática, por um grupo de investigadores que preconizam uma abordagem alternativa àquela que consideram ser dominante entre nós.

O primeiro trabalho que deu expressão a este grupo foi publicado em 1982 com o título *Que Futuro para a Produção Leiteira: Grande ou Pequena Exploração?* (Carvalho *et al.*, 1982). Os seus autores partiram da constatação de que o grande aumento da produção de leite verificado em Portugal no período de 1967-1979 se deveu fundamentalmente aos pequenos agricultores familiares do Noroeste, tendo sido acompanhado por um forte e diversificado processo de transformação tecnológica (cf. Carvalho *et al.*, 1982,

45-50 e 137). Este sucesso contradiz as teses, prevalentes ao nível do pensamento técnico-científico e da condução da política agrícola, segundo as quais os pequenos agricultores constituíam um obstáculo ao progresso técnico e produtivo, não dispondo de condições para garantirem a viabilidade económica das suas explorações. A identificação desta contradição representa um dos pontos fundamentais de inspiração para a pesquisa que este grupo de investigadores vem desenvolvendo.

No trabalho supra-referido são desde logo esboçadas as linhas orientadoras de um «novo modelo de desenvolvimento», mas essa proposta vem a ser precisada e amplificada na tese de doutoramento de Agostinho de Carvalho, publicada em 1984. Esta tese revela-nos uma actividade de investigação realizada a partir de finais dos anos 60 e constitui a peça essencial para se compreenderem os antecedentes e a génese da corrente de pensamento aqui analisada. O autor procedeu à «análise crítica das concepções que presidiram ao desenvolvimento da agricultura» no período de 1960-1975 e defendeu uma perspectiva alternativa, dando particular destaque ao papel dos «pequenos e médios agricultores familiares» e à necessidade de se adoptarem «tecnologias apropriadas» aos condicionalismos edafoclimáticos e sócio-económicos em que a produção se realiza (cf. Carvalho, 1984).

Mantendo uma atenção privilegiada ao processo da intensificação da produção leiteira verificado em Portugal, o grupo de agrónomos em referência promoveu e divulgou dois trabalhos colectivos consagrados a esse tema. Ao reunirem contributos, quer de técnicos que tomaram parte activa no processo de transformação das tecnologias de produção leiteira, quer de investigadores que o estudaram, os dois livros publicados constituem fontes de (in)formação preciosas [cf. AAVV, 1983, e Carvalho e Henriques (orgs.), 1987].

Em 1989 Vítor Barros e António Fragata concluíram dois trabalhos de investigação centrados em pequenas regiões agrícolas. Situando-se explicitamente na corrente de opinião em análise, estes trabalhos incluem novos desenvolvimentos nos planos teórico e metodológico.

O estudo empreendido por Vítor Barros incidiu sobre o «processo de modernização tecnológica na agricultura minifundiária da Beira Litoral». A investigação centrou-se no concelho de Vagos, embora tenha sido enquadrada por uma análise das transformações verificadas ao nível da bacia leiteira da Beira Litoral (cf. V. Barros, 1989). No plano conceptual, além do aprofundamento de posições anteriormente assinaladas, destaca-se o tratamento que o autor deu aos temas da *diversidade dos sistemas família-exploração* e da *mobilidade e reestruturação fundiárias* (id., *ibid.*, 109-136 e 144-165).

António Fragata debruçou-se sobre a «diversidade e racionalidades dos agricultores do Vale do Sousa», focando a sua análise em duas freguesias rurais do concelho de Lousada (cf. Fragata, 1989). Numa contribuição original, no panorama da investigação portuguesa, o autor defende a aplicação das *teorias comportamentais* ao estudo das *decisões dos agricultores*. Explorando

estas teorias, o autor propõe-nos uma interpretação da *diversidade dos sistemas família-exploração agrícola* baseada nos conceitos de *objectivos gerais* e de *escolhas estratégicas* (id., *ibid.*, 69-82, 78-86 e 94-135).

No conjunto dos trabalhos que estes autores publicaram ao longo dos anos 80 é possível destriçar dois níveis de argumentação quanto ao grau de abstracção e generalidade: um primeiro nível está claramente referenciado à agricultura minifundiária das regiões a norte do Tejo e, em particular, do Entre Douro e Minho e da Beira Litoral; num segundo nível, mais abstracto, situa-se a teorização desenvolvida em torno do conceito de *tecnologia apropriada*, por um lado, e da noção de *racionalidade da agricultura familiar*, por outro lado.

2.1. A NECESSIDADE E VIABILIDADE DE UM «MODELO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO»

Um dos temas estruturantes da posição em análise é a crítica das concepções que têm dominado a condução da política agrícola em Portugal nas últimas décadas.

A argumentação mais ampla sobre este tema foi apresentada por Agostinho de Carvalho em 1984. A tese geral defendida é a de que «a grande exploração foi sempre o referencial do desenvolvimento da agricultura a partir dos anos 60» (cf. Carvalho, 1984, 249-257).

Na sequência de circunstanciada caracterização das políticas agrícolas praticadas em Portugal entre 1960 e 1974 e no período 1974-1975, aquele autor conclui (Carvalho, 1984, 253):

Pusemos em relevo duas das variáveis que se identificam com a modernização da agricultura a partir dos anos 60: a grande exploração, como norma, e a teoria dos líderes, como suporte da extensão rural. São, a par de outras, nomeadamente as que se referem à racionalidade económica (racionalidade do capital fixo, procura do lucro), ao ordenamento cultural (adequação das utilizações do solo às respectivas capacidades), ao sistema tecnológico (tecnologias produtivas, com dominância das intensivas em capital) e ao financiamento (crédito e subsídios selectivos, privilegiando a grande exploração), as traves-mestras de desenvolvimento da agricultura portuguesa nos últimos vinte anos.

Este conjunto de tópicos pode resumir-se na ideia de que as concepções de desenvolvimento agrícola prevalecentes em Portugal assentaram em *concepções técnicas e económicas normativas*, que tomam por referência a *grande exploração* utilizadora de *tecnologias intensivas em capital* (id., *ibid.*, 296, 322-325 e 403-405).

Uma vez caracterizado o «modelo dominante», a respectiva crítica desdobrou-se em três planos de argumentação, nos termos dos quais:

- Primeiro, as concepções «dominantes» não têm em conta o «condicionalismo social em que se exerce a actividade agrícola», nem atendem à «natureza e lógica de funcionamento dos diferentes tipos de unidades produtivas», e, portanto, defendem soluções inadequadas e mesmo inexecutáveis;
- Segundo, a superioridade técnica e económica da grande exploração é contestável, caso se considerem como critérios de eficiência o intensivo aproveitamento do recurso mais escasso — a terra — e a plena utilização das disponibilidades de trabalho agrícola não transferível;
- Terceiro, é necessário e viável modernizar e desenvolver a agricultura portuguesa através de um «modelo centrado nas pequenas e médias explorações agrícolas familiares».

Em torno destes três grandes temas, sobretudo do primeiro e do terceiro, organizou-se parte substancial da investigação desenvolvida pela corrente de pensamento em discussão. O assunto justifica, portanto, uma análise atenta.

A argumentação explanada pelos autores em análise para criticar o irrealismo e inexecutabilidade das propostas da «corrente dominante» estrutura-se em dois tempos: no primeiro apontam-se os «fracassos» ou «insucessos» sistemáticos de tais propostas no plano prático; num segundo tempo associam-se tais fracassos à inadequação daquelas propostas face aos condicionalismos concretos — naturais, produtivos e sócio-económicos — em que a produção agrícola se desenvolve em Portugal.

A análise dos «insucessos» das políticas agrícolas preconizadas para as regiões do Norte e Centro litoral de Portugal continental foi realizada com detalhe. Neste aspecto merece realce o trabalho de António Fragata sobre o Entre Douro e Minho: este autor analisou em pormenor os documentos de enquadramento técnico e legislativo que ao longo do período 1965-1988 foram consubstanciando as estratégias de reconversão da agricultura regional, confrontando-os sistematicamente com as realizações concretas (não) conseguidas (cf. Fragata, 1989, 6-29 e 39-51). O autor conclui que aquelas estratégias de reconversão se saldaram por um fracasso, quer no domínio da reestruturação fundiária e do reordenamento cultural, quer no plano das políticas de produção específicas — vinha contínua nas zonas de encosta, milho híbrido, programas leiteiros ... (id., *ibid.*, 22-29).

Os insucessos das políticas e programas de reconversão da «agricultura minifundiária» são atribuídos pela corrente de pensamento em análise à existência de «condicionalismos sociais» intransponíveis a médio e mesmo a longo prazo (cf. Carvalho, 1984, 265). A este propósito merece referência o contributo de Vítor Barros: retomando e desenvolvendo interpretações constantes de anteriores trabalhos (cf. Carvalho *et al.*, 1982, 59-76, e Carvalho, 1984, 257-265), analisou os factores que dificultam a reestruturação fundiária nas regiões minifundiárias do Noroeste (cf. V. Barros, 1989, 137-165).

A investigação empírica desenvolvida pelo autor centrou-se no distrito de Aveiro e, em particular, no concelho de Vagos. No entanto, os factores apontados como bloqueadores da reestruturação fundiária — forte pressão demográfica, agricultura a tempo parcial, terra cara (procura forte e plurifuncional, em excesso face à oferta) e regime de herança igualitária — consideraram-se igualmente actuates nas restantes zonas do litoral norte e centro (cf. V. Barros e Fragata, 1988, 5-6).

Além da rigidez da estrutura fundiária, outros factores foram apontados como explicando os insucessos dos programas oficiais de reconversão da agricultura do Noroeste. Trata-se, nomeadamente, da resistência dos pequenos e médios agricultores à adopção das soluções que impliquem excessiva especialização dos sistemas de produção ou subutilização da terra e do trabalho disponível ou que sejam inadequadas às características dos solos ou de outros recursos produtivos das explorações agrícolas. Este tipo de factores foi assinalado e discutido em pormenor pelo grupo de agrónomos cujo trabalho temos vindo a acompanhar, nomeadamente ao analisarem a resistência dos complexos sistemas de produção policultura-pecuária (leite) da Beira Litoral (cf. V. Barros, 1989, 16-23, 34-36 e 133-135) ou de policultura-gado bovino, centrado na rotação milho × feijão-azevém, do Entre Douro e Minho (cf. Carvalho, 1984, 352-366 e 377-381, e Fragata, 1989, 22-23, 221-238 e 244-248).

No litoral norte e centro as grandes explorações detêm uma reduzida quota-parte das terras com aptidão agrícola e não se prevê significativa mudança nessa situação, dada a «rigidez da estrutura fundiária». Assim sendo, o interesse prático da discussão das vantagens económicas e sociais que poderiam advir de uma maior concentração da terra vê-se relativamente reduzido. Talvez por isso, a comparação da eficiência da grande exploração com a da pequena agricultura familiar tenha ficado aquém do que se poderia esperar.

Quando este tema foi abordado de forma mais sistemática, a conclusão geral que os autores extraíram foi a de que os pequenos e médios agricultores familiares obtêm uma produção bruta e um valor acrescentado por hectare muito superiores aos conseguidos pelas grandes explorações, mercê da adopção de sistemas de produção mais diversificados, culturalmente mais intensivos (área de cultura/área disponível; densidade pecuária) e envolvendo um recurso muito mais elevado a trabalho. Embora esses melhores resultados arrastem, em contrapartida, «produtividades» e rendibilidades do trabalho nitidamente inferiores aos das grandes explorações. No entanto, num balanço global, os investigadores em causa afirmam que os resultados favoráveis à pequena exploração sobrelevam os que assumem comportamento inverso, uma vez que a terra é o factor mais escasso e o trabalho utilizado na pequena agricultura é, em grande parte, não transferível para outras actividades (cf., nomeadamente, Carvalho, 1984, 272-286 e 303-310, e V. Barros, 1989, 34-36 e 229-236).

A interpretação geral que nos é proposta pelos autores apoia-se na constatação de factos que têm sido confirmados noutras investigações. No entanto, deve assinalar-se que recorreram, por vezes, a generalizações a partir do tratamento de um número muito reduzido de casos seleccionados por processos não aleatórios, o que enfraquece o alcance demonstrativo das conclusões avançadas (cf., por exemplo, Carvalho *et al.*, 1982, 90-94).

O diagnóstico dos «fracassos» das políticas de desenvolvimento e reconversão da agricultura do Noroeste, que pressupunham alterações significativas de estrutura fundiária, abriu o campo para propostas alternativas «centradas nos pequenos e médios agricultores familiares». Mas para que estas mereçam credibilidade será necessário demonstrar que a pequena agricultura, além de dominar a maior parte dos recursos produtivos regionais, tem capacidade inovadora no plano tecnológico e é economicamente viável. É justamente em torno destas questões cruciais que se estruturou parte substancial da argumentação dos investigadores que temos vindo a acompanhar.

O núcleo dessa argumentação consiste na apresentação e análise de processos que ilustram a capacidade de inovação técnica e de dinamismo produtivo dos pequenos agricultores.

A muito forte intensificação da produção leiteira verificada entre 1965 e 1980 no litoral norte e centro constituiu o factor estimulante e o argumento factual mais poderoso para que se pudesse consolidar uma posição apostada em destacar a capacidade de resposta técnica e produtiva dos pequenos produtores agrícolas. Esta ideia transparece dos trabalhos publicados pelos autores, como vimos no início desta secção 2, e é explicitamente afirmada por eles (cf. Carvalho, 1984, 381-401, e V. Barros, 1989, 261).

Mas o resultado porventura mais importante da investigação sobre o processo de desenvolvimento da produção leiteira não terá sido a constatação do papel decisivo desempenhado pelos pequenos agricultores, mas sim a identificação dos factores que terão contribuído para que o seu dinamismo técnico e produtivo se revelasse de forma tão expressiva. Estes factores podem agrupar-se em dois grandes grupos: um constituído por *condições de enquadramento* favoráveis e o outro por *tecnologias apropriadas* às necessidades e características dos pequenos agricultores.

As *condições de enquadramento* resultaram da acção conjugada do Estado e das cooperativas leiteiras e traduziram-se, nomeadamente, na melhoria da relação preço do leite/preço da ração, nos financiamentos e outros apoios à constituição das salas colectivas de ordenha mecânica, na monopolização da recolha do leite pelas cooperativas leiteiras e nos serviços técnicos prestados no domínio do melhoramento animal, da produção forrageira e do apoio médico-sanitário (cf. Carvalho *et al.*, 1982, 135-136).

As *tecnologias apropriadas* consubstanciaram-se, sobretudo, na orientação seguida no domínio do melhoramento animal e na instalação e funcionamento das salas colectivas de ordenha (cf. Carvalho, 1984, 381-391). Estas últimas

desempenharam uma função central em todo o processo, pois, respeitando a autonomia dos agricultores, vieram «dar dimensão quantitativa a uma produção à partida bastante dispersa, ao mesmo tempo que permitiram a obtenção de um leite de melhor qualidade e de maior valorização, contribuindo ainda para a racionalização dos circuitos de recolha» (V. Barros, 1989, 188). Além disso, reduziram o esforço físico dos agricultores (ordena manual eliminada) e fomentaram uma adopção rápida das técnicas de melhoramento animal (id., *ibid.*, 101 e 189). Importa esclarecer este último aspecto, porque ele constitui um ponto de apoio importante para a defesa, por parte destes investigadores, da superioridade da *vulgarização em grupo* face ao método tradicional baseado no agricultor guia: o contacto diário entre os agricultores, ao propiciar o confronto do rendimento produtivo das suas vacas, induziu um processo de emulação e competição, fomentador de uma rápida difusão das técnicas de melhoramento animal (cf. Carvalho, 1984, 399-400, e V. Barros, 1989, 189-193).

O conceito de *tecnologia apropriada* desempenha uma função nuclear nas propostas apresentadas por estes autores. Agostinho de Carvalho define-a como a tecnologia «que se revela ecologicamente adaptada às condições concretas do meio em que a pequena e a média agriculturas se encontram instaladas e é económica e socialmente viável» (Carvalho, 1984, 367). No *modelo de desenvolvimento* proposto, como solução *alternativa* para as regiões em que predomina a pequena e média agricultura familiar, preconiza-se a adopção de *tecnologias apropriadas* e a promoção de *sistemas produtivos diversificados*. Pressupõe-se também a intervenção de *instituições integradoras* que, à semelhança das cooperativas leiteiras, respeitem a autonomia dos produtores agrícolas, mas permitam enquadrar e complementar a sua actividade, nomeadamente nos domínios financeiro, comercial, técnico e agro-industrial (cf. Carvalho, 1984, 312-321, e V. Barros, 1989, 251-257).

2.2. A RACIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

No ponto anterior evitou-se, intencionalmente, a abordagem de um argumento utilizado, nas obras em estudo, em defesa de um modelo «alternativo» às concepções «dominantes». Esse argumento baseia-se na contraposição do conceito de «racionalidade global da agricultura familiar» ao da «racionalidade económica dominante na economia agrária».

O essencial desta argumentação foi exposto por Agostinho de Carvalho num texto intitulado «Racionalidade económica» e que consta da sua tese de doutoramento. Vítor Barros vem, cinco anos mais tarde, a reafirmar e a desenvolver aquela argumentação (cf. Carvalho, 1984, 322-341, e V. Barros, 1989, 193-202).

Para que os meus comentários posteriores possam ser entendidos é necessário dar a palavra, previamente, àqueles autores, numa citação longa, mas

que tem a vantagem de oferecer uma visão de conjunto do seu pensamento (Carvalho, 1984, 328, meu sublinhado):

Dada a sua *complexidade*, a compreensão do comportamento do agricultor familiar só é possível integrando *no mesmo sistema de explicação todos os factores* que o influenciam na tomada de decisões, e já vimos que neles se incluem nomeadamente os que caracterizam o meio natural, as técnicas e os aspectos económicos. É o agricultor e a sua família, com os seus próprios *valores e ideais*, quer dizer, na sua *totalidade* e na *situação concreta* em que vive, que é necessário analisar. Em conclusão, a procura de uma *racionalidade global* que tenha em conta o conjunto família-exploração e cujo centro seja o agricultor [...]

Será partindo desta posição que faremos seguidamente a crítica dos principais conceitos em que se baseia o modelo de desenvolvimento dominante [...] Fá-la-emos com dois objectivos, o primeiro, o de *evidenciar o desajustamento entre a teoria e o real*, e o segundo, o de fornecer elementos que permitam a ulterior elaboração de um quadro conceptual que dê corpo a um modelo de desenvolvimento centrado nas pequenas e médias explorações agrícolas familiares.

A ideia central defendida é, portanto, a de que para se poder compreender em toda a sua *complexidade* o comportamento do agricultor familiar é necessário integrar num *mesmo sistema de explicação todos os factores* que o influenciam. Esta ideia é, aliás, reforçada pelos requisitos de *realismo* que são sugeridos como determinantes na formulação teórica.

Encontramo-nos aqui perante um dos pontos nucleares da polémica acerca do método científico: como lidar com a *complexidade*? Que arbitragem entre *realismo/síntese/rigor/generalização*?

Como o meu ponto de vista acerca deste tema é distinto do enunciado no texto que estamos a analisar, interessa esclarecê-lo, embora em breves traços, para se compreender o sentido da argumentação que se desenvolverá posteriormente.

Se fosse possível construir teorias que nos permitissem abarcar, em toda a sua complexidade, um determinado domínio da realidade social, seria, provavelmente, nesse sentido que os cientistas sociais concentrariam os seus esforços. No entanto, a história das ciências, e em particular das ciências sociais, parece apontar-nos outro caminho: as teorias, para se tornarem operacionais ao nível da investigação empírica, têm de se orientar para a resposta a algumas interrogações precisas e devem incorporar uma representação (reconstrução) drasticamente simplificada do real, embora a sua capacidade explicativa e preditiva deva ser posta à prova no domínio dos factos observáveis. É, aliás, nesta necessidade de delimitação precisa do campo das interrogações e na escolha das correspondentes vias de abstracção/simplificação do real que parece enraizar-se, em boa medida, a diferenciação disciplinar da actividade científica.

Retomando o tema do «comportamento do agricultor familiar», a perspectiva que acabo de esboçar traduz-se na ideia de que não é concretizável

a operacionalização de uma teoria total que permita abarcar em toda a sua complexidade (economia, técnica, valores, ideias ...) aquele comportamento. O que acaba por se formular quando se procuram construir tais sistemas de explicação total são teorias também parciais, mas que ficam a dever em rigor e generalização àquelas que se obteriam se fosse este o objectivo procurado.

Os autores em análise, embora de forma exploratória, procuraram esboçar a noção de *racionalidade global da agricultura familiar*. Neste quadro a *exploração agrícola familiar* foi definida através dos seguintes atributos: simbiose da exploração e da família; trabalho de natureza familiar; produção parcialmente mercantil (cf. Carvalho, 1984, 326).

Com o termo *simbiose da exploração e da família* pretenderam vincar a ideia de que o sistema família-exploração representa a unidade de análise pertinente, sendo constituído por uma «unidade de produção e uma unidade de consumo, as quais não se podem isolar em virtude de na economia familiar as decisões de produção e de consumo se encontrarem inter-relacionadas» (V. Barros, 1989, 198).

O *objectivo* atribuído à exploração agrícola familiar foi a «reprodução da família que nos aparece como finalidade última», destacando-se, neste aspecto, «duas necessidades fundamentais de todo o ser humano, a alimentação e o abrigo» (Carvalho, 1984, 326, 330).

Consideraram também que a *repartição da produção*, quanto ao seu destino, obedece aos seguintes princípios: «as quantidades e a natureza dos produtos destinados ao autoconsumo são determinadas pelas necessidades da família e não pelos preços de mercado; a produção comercializada é influenciada pela relação entre os preços (dos produtos e dos factores de produção); a comercialização da produção destina-se à aquisição de valores de uso» (id., *ibid.*, 326).

A análise da relação entre a família agricultora e a exploração agrícola foi operacionalizada por estes autores através do conceito de *rendimento indivisível*, que corresponderá ao «saldo entre as receitas em dinheiro e os encargos monetários» da exploração (id., *ibid.*, 328, V. Barros, 1989, 198-202). A este saldo monetário da «conta de saco» da exploração deverá acrescentar-se o valor do autoconsumo quando se pretende avaliar a «receita da família proveniente da exploração agrícola» (cf. Carvalho, 1984, 333, e V. Barros, 1989, 90). Esta «receita», considerada integralmente como «remuneração» ou «rendimento» do trabalho investido pela família na exploração, constituirá a variável-chave para avaliar a eficácia económica das explorações agrícolas familiares (cf. V. Barros, 1989, 204-228, e Fragata, 1989, 151-218).

A defesa deste tipo de contabilização assenta no argumento de que os factos económicos devem ser registados tal como os agricultores os vêem e sentem, considerando-se, em complemento, que o agricultor familiar apenas atende ao saldo monetário e ao autoconsumo quando analisa os resultados económicos da exploração (cf. Carvalho, 1984, 333, e V. Barros, 1989, 202). Colocando-se numa posição de crítica inflexível face aos métodos convencionais

de contabilização, estes autores rejeitam não só o conceito de lucro, mas também qualquer outro («receita do empresário», «rendimento do empresário e da família», «rendimento do trabalho familiar») que se inscreva numa mesma «metodologia económica e contabilística» (cf. V. Barros, 1989, 197-198).

Ao fundamentarem os conceitos de simbiose da família-exploração e de rendimento indivisível, aqueles autores invocaram os contributos da *teoria da economia camponesa*, nomeadamente na interpretação que lhe deu Tepicht. Mas, enquanto para este último tais conceitos se aplicam apenas a certas formas de exploração agrícola, aqueles autores parecem generalizar a sua utilização a toda a agricultura familiar (cf. Carvalho, 1984, 328, e V. Barros, 1989, 199-200). No entanto, alguns dos requisitos essenciais que aquele autor polaco associou aos conceitos de «simbiose família-exploração» e de «rendimento indivisível» não estão manifestamente presentes em boa parte da agricultura familiar portuguesa; recordemos alguns desses requisitos: família com «carácter patriarcal» e respeitando «um colectivismo interno rigoroso», «orientação parcialmente mercantil» da exploração agrícola, recurso pouco intenso à compra de meios de produção e presença pouco relevante de tecnologias baseadas na substituição de terra ou trabalho por capital (cf. Tepicht, 1973, 22-27, 127-128 e 146-147).

A noção de «racionalidade global da agricultura familiar», cuja explanação temos vindo a acompanhar, parece-me estar ferida de um erro semelhante ao da «racionalidade única» que se pretendia criticar: ela envolve hipóteses demasiado fortes e rígidas quanto ao comportamento dos agentes económicos a que se refere.

Do meu ponto de vista, a maior objecção que deve ser colocada a esta perspectiva situa-se, no entanto, no domínio da análise económica da exploração agrícola. Começando por apontar como alvo das suas críticas o conceito de racionalidade económica, segundo o qual os agricultores seriam «assimilados a empresários, cujo objectivo é o de maximizarem o lucro», os autores em causa acabam por vir a refutar todo e qualquer tipo de análise económica sistemática das unidades de produção agrícola e dos rendimentos nela gerados.

Reduzir o apuramento do resultado económico de uma exploração agrícola a um saldo de caixa, complementado por uma avaliação do autoconsumo, representa uma opção que um economista da produção ou um técnico contábil dificilmente aceitarão.

O economista, o gestor ou o contabilista da produção devem salvaguardar a distinção entre a análise dos *custos* e *proveitos* — que se referem ao processo produtivo — e a avaliação de *despesas* e *receitas* — que respeitam às transacções com terceiros; o cálculo de custos e proveitos, pela natureza interna que assume, envolve sempre algum carácter convencional, nunca é guiado por uma simples consideração do «valorímetro do mercado» (cf. Giard, 1988, 13-19); deverão apurar-se, individualmente, os resultados correntes da produção, a repartição do valor acrescentado na óptica do rendimento e as operações de capital.

O respeito pelo cumprimento destes princípios gerais, citados apenas com carácter exemplificativo, é essencial para que possamos pronunciar-nos, em termos tão rigorosos quanto possível, sobre a *eficácia* da utilização dos recursos produtivos. Outros poderão recusar este fardo, mas a economia não pode furtar-se-lhe.

Se partíssemos da hipótese de que o agricultor apenas atende ao saldo monetário e ao autoconsumo e que com esse montante só visará remunerar o trabalho investido na exploração, correríamos o risco de estar a atribuir-lhe um grau de imprudência e de incapacidade de gestão excessivo. É preferível admitir que ele também atende à natureza específica dos factos que determinaram aqueles resultados e que também pretende obter contrapartidas pelos recursos patrimoniais investidos na exploração ou, pelo menos, assegurar a respectiva reprodução. Embora continue a ser uma *hipótese*, será, provavelmente, mais realista e mais conforme com a lógica do pensamento económico.

2.3. DIVERSIDADE E ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Os trabalhos de António Fragata e de Vítor Barros, publicados em 1989, foram dedicados em grande parte à análise da *diversidade dos sistemas família-exploração agrícola*.

O estudo da diversidade foi organizado em dois tempos, a que correspondem problemáticas específicas, mas complementares: no primeiro procedeu-se a uma tipologia dos sistemas família-exploração com base na análise de um inquérito exaustivo aos agricultores das comunidades rurais previamente escolhidas; no segundo realizou-se um estudo aprofundado de alguns casos seleccionados, por escolha intencional, com base em critérios de representatividade dos vários tipos antes identificados e tentando garantir respostas que merecessem «confiança» (cf. V. Barros, 1989, 109-112, e Fragata, 1989, 86-101). As *tipologias* construídas no primeiro tempo da investigação privilegiaram uma «análise de situação», abrangendo as características e actividades da família, a organização e estrutura das explorações agrícolas e a configuração do aparelho de enquadramento. O estudo de *casos*, realizado com base em inquéritos e entrevistas aprofundadas, visou conhecer a família e a exploração, na perspectiva de tentar compreender o *funcionamento dos sistemas família-exploração* à luz dos conceitos-chave de *objectivos gerais* e de *escolhas estratégicas* (cf. Fragata, 1989, 83-85, e V. Barros, 1989, 111, 202-204).

A fundamentação teórica da análise da diversidade das situações e de estratégias dos agricultores familiares foi desenvolvida por António Fragata. Inspirando-se nas *teorias económicas comportamentais* e na *análise de sistemas*, em particular na interpretação que lhes tem vindo a ser dada por investigadores do Département de Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement do INRA, aquele autor propõe-nos uma abordagem

do problema em que os conceitos de *objectivos gerais* e *escolhas estratégicas* dos agricultores desempenham uma função central (cf. Fragata, 1989, 69-101). As suas propostas seguem de perto a *teoria do comportamento adaptativo* de Petit no que respeita, nomeadamente, à *hipótese de racionalidade*. No entanto, ao nível da fixação do significado dos conceitos de *objectivos gerais* e de *escolhas estratégicas*, as opções de Fragata basearam-se em Sebillote e Capillon. Mas, enquanto para estes dois autores os *objectivos gerais* traduzem as «funções que o agricultor e a família atribuem à exploração» e as *escolhas estratégicas* fixam «a médio prazo as orientações produtivas», Fragata alargou o alcance desses conceitos ao «projecto da família e às funções de cada um dos seus membros» (id., *ibid.*, 1989, 79-80 e 85).

A operacionalização da investigação empírica fez-se através de um *guia de análise*, com o qual se pretendeu encontrar a «coerência» e «lógica de funcionamento das famílias-explorações dos vários tipos e subtipos» (id., *ibid.*, 94-101). Este guia de análise explora a informação recolhida através de inquéritos aprofundados às explorações agrícolas, às receitas e despesas das famílias e aos consumos alimentares, sendo completado a partir da realização de entrevistas.

Depois de estudar o relato da investigação empírica levada a cabo por estes autores sobre o tema da *diversidade e estratégias dos agricultores* (cf. Fragata, 1989, 103-218, e V. Barros, 1989, 109-136 e 204-228), ficou-me a impressão geral de uma grande riqueza no plano informativo e descritivo, que não encontra, no entanto, suficiente correspondência ao nível da interpretação ou explicação dos fenómenos em análise.

Estas limitações podem, em meu entender, atribuir-se ao facto de os conceitos nucleares propostos — *objectivos gerais* e *escolhas estratégicas* — se referirem a um leque muito amplo de fenómenos e não terem sido suficientemente especificados para que se pudesse avaliar, no plano da investigação empírica, o valor heurístico da hipótese de *coerência* do comportamento dos agricultores. Na ausência de critérios precisos de operacionalização da ideia de «coerência» entre estratégias e *objectivos*, a constatação da hipótese avançada transforma-se numa verdade adquirida à partida, perdendo, por isso mesmo, enquanto princípio de explicação geral dos fenómenos.

2.4. SÍNTESE CRÍTICA

A mensagem forte que se retira do trabalho do grupo de agrónomos cujo pensamento acompanhamos nesta secção parece-me ser a seguinte: enfrentemos os problemas do desenvolvimento da agricultura portuguesa tal como eles se apresentam; não insistamos em desperdiçar energias em torno de *objectivos* inexequíveis; procuremos soluções adaptadas às condições naturais e sócio-económicas existentes; uma vez que a pequena agricultura familiar detém e continuará a deter, a médio prazo, uma parcela maioritária dos

recursos produtivos das regiões com maior aptidão para uma agricultura intensiva, trabalhe-se no sentido de lhe facultar apoio técnico e outras condições de enquadramento que permitam valorizar inteiramente o seu potencial e contribuam para reduzir as suas insuficiências.

O conceito de *tecnologia apropriada* tem vindo a ser trabalhado de forma persistente por estes investigadores: como instrumento de compreensão de alguns processos em que os pequenos agricultores têm revelado notável dinamismo técnico e produtivo, mas também como concepção orientadora de acções de desenvolvimento experimental ou de vulgarização técnica.

Num artigo publicado em 1988, com o título «Agricultura minifundiária: que tecnologia?», apresenta-se um balanço do trabalho realizado em Portugal nesta perspectiva, assinalando a sua convergência com a corrente de investigação internacional designada como *farming systems research* (cf. V. Barros e Fragata, 1988).

Atribuindo, não sem fundamento, à forte influência da teoria económica normativa da empresa — que se baseia no postulado comportamental da maximização do lucro — uma responsabilidade decisiva na consolidação de concepções técnicas dominantes — também normativas e não adaptadas às necessidades da pequena agricultura —, estes autores tentaram desenvolver, embora de forma exploratória, o conceito de *racionalidade global da agricultura familiar*, opondo-o ao da «racionalidade económica dominante». Criando uma representação conceptual rígida do que é a agricultura familiar, fizeram-na acompanhar de uma proposta de análise económica das relações entre a família e a exploração agrícola, que, por razões explicadas no n.º 2.2, considero pouco satisfatória.

Mais interessante, quer pela melhor fundamentação teórica, quer pela maior consistência com a argumentação a favor das tecnologias apropriadas, parece-me ser a interpretação da *diversidade dos sistemas família-exploração*, à luz de um quadro conceptual que combina contributos das teorias comportamentais com outros da análise de sistemas. A operacionalização desta perspectiva surge ainda numa fase embrionária, dada a insuficiente especificação dos conceitos de objectivos gerais e de escolhas estratégicas. No entanto, ao deslocar-se a atenção para a *racionalidade processual* e ao valorizar-se a ideia de diversidade, poderá vir a evitar-se a armadilha de fixar um conceito rígido de *racionalidade substantiva* única da agricultura familiar, o qual poderia acarretar quase tantos embaraços como o quadro teórico «dominante» que se pretende superar.

Em conclusão, julgo que o eixo e aspecto mais fértil e fundamentado das posições discutidas nesta secção 2 se estrutura em torno do conceito de *tecnologias apropriadas*. A atitude de flexibilidade e adaptação aos condicionismos naturais e sócio-económicos, que nos é proposta através desse conceito, casa-se bem com a aposta em tipificar e interpretar a *diversidade de lógicas de funcionamento dos sistemas família-exploração agrícola*. Mas para consolidar esta perspectiva será também necessário avaliar a eficácia e viabi-

lidade económica das soluções técnicas propostas, o que parece exigir um sistema rigoroso de cálculo económico, em alguns aspectos necessariamente mais sofisticado do que os sistemas usualmente praticados.

3. ANÁLISE DAS ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS AGRÍCOLAS: NOVOS FACTOS E NOVAS PERSPECTIVAS

A relação entre o desenvolvimento agrícola e as estruturas de produção constitui um ponto nuclear do debate sobre a *questão agrária*.

Um dos problemas conceptuais que este debate suscita é o do âmbito que se deve atribuir ao conceito de *estrutura agrária*. Numa acepção mais restritiva, poder-se-ão contemplar apenas as relações de *propriedade* e *apropriação económica* dos recursos produtivos fundamentais, em particular da terra. Mas, frequentemente, estende-se o âmbito do conceito ao conjunto das relações sociais, técnicas e económicas que se estabelecem ao nível das unidades produtivas agrícolas e entre estas e o meio envolvente. O balanço das várias perspectivas acerca deste tema foi já realizado entre nós por diversos autores (cf., nomeadamente, A. Barros, 1986, 33-40, e Rolo, 1989, 30-37). Aqui utilizarei o termo *estrutura das explorações agrícolas* ou *estrutura produtiva agrícola* quando me reportar ao conjunto das relações técnicas, económicas e sociais que se prendem com o acesso aos meios de produção e com o funcionamento das unidades produtivas e reservarei o termo *estrutura agrária* para as situações em que se consideram, em toda a sua amplitude, as condições de enquadramento e de relacionamento externo das explorações agrícolas.

Talvez mais importante do que perguntar o que é a estrutura agrária será interrogarmo-nos sobre a relação entre a *transformação das estruturas* e os processos da *mudança social* e do *desenvolvimento agrícola*. Como nos diz Afonso de Barros (1986, 39-40), «a estrutura agrária, como qualquer estrutura social, constitui realidade em movimento constante de mudança, embora segundo ritmo e grau de perceptibilidade diversos. A reprodução social conjuga dialecticamente a continuidade e a alteração, prevalecendo, de acordo com as circunstâncias, ora um, ora outro destes aspectos.» Resta saber como e porquê se processam estes movimentos de mudança.

3.1. AS ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PERANTE O DESENVOLVIMENTO: AS TESES EM PRESENÇA NOS ANOS 60 E 70

Segundo as posições dominantes, a partir do início dos anos 60, ao nível da economia e política agrárias em Portugal, as estruturas de produção agrícola, em particular as estruturas fundiárias, constituem um obstáculo ao progresso e modernização do sector. Esta colocação do problema mantém-se inflexível em relação às estruturas «minifundiárias», sendo menos continuada

e incisiva face ao «latifúndio». A *modernização* é concebida como um processo dirigido de «fora» para «dentro» da agricultura, devendo vencer as resistências estruturais ao progresso técnico e económico. No entanto, as tentativas de adopção de políticas voluntaristas de intervenção directa na estrutura fundiária foram incipientes e de curta duração. Apostou-se, sobretudo, na orientação selectiva de apoios financeiros e técnicos a favor das grandes explorações e na hipótese de que o desenvolvimento urbano e industrial «arrastaria» transformações estruturais na agricultura.

A caracterização e crítica deste tipo de concepções e dos seus resultados tem sido desenvolvida por vários autores e com diferentes enfoques. Já me referi a algumas dessas análises críticas (v. n.^{os} 1.4 e 2.1), mas duas outras abordagens justificam ainda algumas referências. A primeira, para assinalar os comentários apresentados por Eugénio de Castro Caldas no que se refere à evolução da política agrícola no decurso da execução dos planos de fomento — 1953-1973 (cf. Caldas, 1978, 80-97): trata-se do testemunho de um observador-participante privilegiado, que nos traça um quadro vivo e incisivo das contradições que se manifestaram nesse período e do desfecho a que as mesmas conduziram; a segunda, para destacar os trabalhos de Fernando Baptista (1981, 1984 e 1985), que constituem um consistente balanço da política agrária desenvolvida em Portugal nos últimos cinquenta anos.

Até finais dos anos 60, a *teoria clássica marxista* sobre a questão agrária (Marx, mas sobretudo Kautsky e Lenine) representou a principal inspiração para uma visão alternativa do processo de transformação social nos campos. *A Contribuição para o Estudo da Questão Agrária em Portugal*, da autoria de Álvaro Cunhal, constituiu entre nós a referência central destas posições. Editada em 1976, acompanhada de um texto de actualização e introdução da responsabilidade de Júlio Silva Martins, teve, no entanto, a sua génese ainda anos 50 e a última revisão do texto, realizada por Cunhal, data de «meados dos anos 60».

A tarefa empreendida resumiu-se, nas palavras do próprio autor, a estudar «o desenvolvimento do capitalismo na agricultura portuguesa», o que terá permitido encontrar «uma precisa confirmação das leis de evolução do capitalismo» (Cunhal, 1976a, 10). Estas «leis» condensam-se na ideia de que o capitalismo, na sua imparável dinâmica de acumulação de capital e de procura do lucro, implica uma «concentração» crescente dos meios de produção, a inexorável «liquidação» da pequena exploração agrícola familiar e a «proletarização» progressiva do campesinato pobre. A argumentação do autor consiste na demonstração dessas «leis de evolução», apoiando-se para o efeito no estudo do caso português (id., 1976b, 161-276).

Algumas transcrições permitem reter o essencial da sua argumentação:

O problema da pequena e da grande produção agrícola é, assim, o eixo em roda do qual gira necessariamente o estudo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. [Cunhal, 1976b, 17.]

Há já um século Marx escrevia que, «pela sua natureza, a pequena propriedade exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em grande escala, a utilização progressiva da ciência». A evolução do capitalismo não fez senão comprovar a ideia de Marx. [Id., *ibid.*, 9-10.]

A derrota da pequena exploração, da «exploração familiar» que tem vindo a ser demonstrada, é um aspecto do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Representa, com a tendência para a concentração, a liquidação lenta, mas certa, de uma forma pré-capitalista da produção. [Id., *ibid.*, 163.]

Pela maior produtividade, pelos recursos de crédito, por um sem-número de variadíssimas vantagens, as grandes empresas vencem as pequenas na concorrência [...] A concentração é a lei inelutável do capitalismo. (Id., *ibid.*, 209.)

Esta obra representa, na literatura portuguesa, uma das mais enérgicas e pormenorizadas defesas da superioridade técnica e económica da grande exploração capitalista agrícola face à pequena exploração agrícola familiar. Deve frisar-se que Júlio Silva Martins, no texto de introdução à edição de 1976, reafirma, sem hesitação ou ambiguidade, a validade de todas as teses defendidas por Cunhal quanto à «demonstração das leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa», realçando que (Júlio S. Martins, *in* Cunhal, 1976a, xvi):

Em Portugal os últimos decénios da época fascista, em especial desde 1950 e até às imediações do 25 de Abril de 1974, foram caracterizados por um extraordinário incremento do desemprego nos assalariados e no campesinato pobre submetido a intensa proletarização.

À data em que estas palavras foram publicadas já tinha amadurecido na comunidade científica portuguesa uma corrente de pensamento sociológico que, embora mantendo-se no terreno do materialismo histórico, defendeu uma outra interpretação das relações entre o desenvolvimento do capitalismo e a transformação das estruturas agrárias. Curiosamente, a obra *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, que veio dar expressão formal a esta corrente de pensamento, foi também publicada em 1976 (cf. Freitas *et al.*, 1976).

Segundo estes autores, nos países industriais mais avançados «a teoria clássica, ao apontar para uma expropriação generalizada do campesinato, não teve verificação histórica senão parcial», e, portanto, haverá que considerar a pequena produção agrícola familiar, não como um elemento *pré-capitalista e transitório*, mas como forma de produção crescentemente dominada, subordinada (*articulada*) ao modo de produção capitalista (MPC) e que acompanha o desenvolvimento deste (id., *ibid.*, 13 e 22-29).

A óptica de análise das relações entre capitalismo e agricultura desloca-se, assim, da perspectiva evolucionista — centrada na confirmação das *leis tendenciais* que governariam a *transição* da agricultura para o capitalismo (*teoria clássica*) — para uma abordagem «estrutural» ou «formal» polarizada no estudo das «modalidades de subordinação da esfera agrícola ao MPC dominante» (id., *ibid.*, 29).

Estas «modalidades» agrupar-se-iam em duas grandes categorias ou «sectores»: um primeiro constituído pelo capitalismo agrícola «propriamente dito», baseado no recurso ao trabalho assalariado e, portanto, na «submissão real» dos produtores directos; o segundo, designado por sector de «submissão formal», integrando todas as formas de produção agrícola familiar relacionadas com o mercado (id., *ibid.*, 17-30).

O essencial da teorização desta corrente de pensamento organiza-se justamente em torno do conceito de *submissão formal*. Segundo os autores que temos vindo a acompanhar, «o grande interesse da noção de submissão formal reside em chamar a atenção para o facto de a exploração do campesinato se fazer através da esfera da circulação, isto é, da sua inserção (*dominada*) no mercado capitalista» (id., *ibid.*, 21).

A discussão em torno desta noção prende-se com duas grandes questões interligadas: por que resiste e se reproduz na agricultura um sector tão importante de produção familiar? Através de que mecanismos se exerce a exploração capitalista sobre este sector?

A resposta a estas questões assenta em dois grandes argumentos. O primeiro é de ordem sócio-política: a burguesia em ascensão ou no poder procura garantir o apoio ou, pelo menos, a neutralização do campesinato, o que trava as iniciativas ou tendências conducentes à liquidação deste (id., *ibid.*, 26-27 e 176); o segundo, e principal, é de ordem sócio-económica: «a generalização da unidade de produção familiar permite ao sistema capitalista, no seu conjunto, via circulação e mercado, a punção máxima de sobretrabalho, a mais eficiente transferência estrutural de mais-valia do sector agrícola» (id., *ibid.*, 176).

Este segundo argumento baseia-se, essencialmente, na tese de que os agricultores familiares não exigem a retenção da renda fundiária, nem a realização de uma taxa de lucro média, e, portanto, podem aceitar uma troca desigual com os restantes sectores (id., *ibid.*, 24-25 e 29).

A interpretação teórica que temos vindo a acompanhar reflecte a grande repercussão que teve entre nós um conjunto de obras editadas em França a partir do início dos anos 70 (cf., nomeadamente, Servolin, 1972, Rey, 1973, Faure, 1978, e Vergoupoulos, 1978). Esta produção intelectual enraizou-se nos movimentos sociais e políticos que agitaram a sociedade francesa e de outros países europeus ocidentais no final dos anos 60 e integra-se numa tentativa para renovar o pensamento marxista, dado o reconhecido fracasso das perspectivas *clássicas*, enquanto instrumento de compreensão e de intervenção nas transformações em curso naquelas sociedades, nomeadamente no domínio

agrícola. No plano teórico-filosófico, o *estruturalismo althusseriano*, em particular a obra *Lire le capital* (Althusser e Balibar, 1968), representou uma referência central para o desenvolvimento destas correntes de pensamento, embora com o decorrer do tempo se tenham avolumado as críticas ao pendor *determinista* daquele contributo teórico (cf. Almeida, 1986, 78, e Giddens, 1984, 217-218).

O que antes se afirmou solicita dois breves comentários adicionais: o primeiro para assinalar que a síntese da *teoria das modalidades e da submissão formal*, anteriormente esboçada, segue de perto as ideias de um autor como Claude Faure (1978), mas afasta-se, em alguns pontos significativos, das formulações propostas por outros autores com importância comparável neste debate (Servolin e Vergopoulos, por exemplo); o segundo para referir que em Portugal a *teoria das modalidades* veio a ser integrada numa interpretação teórica mais ampla e em boa medida original, na qual se destaca o contributo de João Ferreira de Almeida (1986, 44-103), ao abordar o «problema das classes sociais».

Para uma visão sintética da literatura francesa acerca destas questões, na perspectiva de autores portugueses, poderá consultar-se, além da obra que tomámos por referência fundamental (Freitas *et al.*, 1976), um trabalho de José Reis (1981, 153-170).

3.2. ESTRATÉGIAS E ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PORTUGAL: NOVAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Ao entrarmos nos anos 80, as interpretações marxistas sobre a *questão agrária*, a que nos referimos no ponto antecedente, apresentam sintomas crescentes de enfraquecimento.

Os factores mais importantes para esta evolução parecem entroncar em transformações sociais e políticas: o esgotamento das perspectivas de ruptura revolucionária na Europa; os fracassos, a leste e a sul, de regimes políticos de inspiração marxista-leninista na gestão dos seus problemas, em particular no domínio agrícola; o desmentido, com a crise da agricultura europeia e os debates em torno da reformulação da PAC, da tese de que o capitalismo teria forçado uma compressão máxima dos preços pagos à agricultura familiar.

Embora os dois tipos de interpretação marxista da questão agrária a que aludimos se oponham em aspectos essenciais, aproximam-se no seguinte ponto central: toda e qualquer intensificação das relações dos agricultores familiares com o mercado capitalista é considerada perversa e portadora de uma acrescida exploração desses agricultores. Ora, a manter-se esta posição e não se vislumbrando alternativa para o sistema de economia de mercado, desembocar-se-á numa perspectiva paralisante de qualquer atitude interventiva coerente desse grupo social e dos agentes que o compõem. É à luz deste impasse que se compreende uma certa nostalgia da fase camponesa, que per-

passa em parte da literatura sociológica rural de finais dos anos 70 e início dos anos 80 (cf., por exemplo, Nallet, 1983, 75-85).

Quem não parece acompanhar esta atitude são os agentes sociais de origem «camponesa». Uns, muitos, praticam estratégias de abandono, total ou parcial, da agricultura; alguns permanecem em atitude puramente defensiva, por falta de meios ou de perspectivas de futuro; mas outros aceitam o desafio da relação com o mercado e das mudanças técnico-económicas. Certamente, com prudência e conhecendo os limites das suas forças e os perigos desse desafio, mas conscientes também de que a melhoria das suas condições de vida não virá do isolamento nem de esperanças eternamente adiadas.

Do enfraquecimento do pensamento marxista poderia deduzir-se uma consolidação das posições que têm comandado o pensamento e a política agrária em Portugal. Não é, no entanto, isso que parece estar a acontecer. Embora a integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia tenha trazido alguns novos estímulos — materiais e ideológicos — às concepções tecnocráticas do desenvolvimento agrícola, veio também introduzir forte perturbação nessa lógica. Vejamos porquê: em primeiro lugar, tornou-se claro que em matéria de agricultura, como aliás noutras, a «mão invisível» do mercado tem de andar entrelaçada com a do Estado; em segundo lugar, os desafios em matéria de política agrícola e de desenvolvimento rural, com que nos confrontamos na actual fase, em virtude das características da nossa agricultura e do processo de reestruturação da PAC, deixaram de poder ser deduzidos de simples critérios de rentabilidade económica; em terceiro lugar, tem de se conseguir acompanhar a gestão de políticas diversificadas, cuja fundamentação e execução pressupõe conhecimento aprofundado dos condicionamentos sociais em que se desenvolve a produção agrícola.

Um artigo de Manuel Villaverde Cabral publicado em 1981 no âmbito de uma colectânea de textos sobre a *pequena agricultura em Portugal* representou importante contributo para que se alterasse a atitude epistemológica dominante face à questão agrária. O autor pronunciou-se em tom frontal, mesmo cáustico, contra a orientação imprimida em Portugal aos estudos rurais, os quais, em seu entender, tenderiam a considerar os *camponeses* como *classe objecto* e navegariam «entre a ideologia da modernização e a ideologia conservacionista, neofolclórica» (cf. Cabral, 1981, 136-137). Em alternativa, propôs uma *perspectiva sociológica compreensiva*, mesmo *empática*, que sintetizou nos seguintes termos (Cabral, 1981, 137):

A nós interessam-nos tão-somente as causas e consequências da miséria, as causas e consequências da prosperidade; numa palavra interessam-nos tão-só as estratégias do campesinato face às suas próprias aspirações e, por outro lado, face ao mercado e à sociedade urbano-industrial, cientes de que as primeiras se não desligam dos últimos.

Na sequência desta argumentação o autor comenta as *estratégias familiares do campesinato português* (id., *ibid.*, 138-148). Alguns dos seus comentários parecem-me discutíveis, mas outros traçam orientações essenciais para uma adequada compreensão do comportamento dos agricultores familiares em Portugal. Particularmente importante é a chamada de atenção para as *aspirações*, enquanto *elemento dinâmico* principal da transformação: «foram [elas], antes de mais, que mudaram, puxando assim os agricultores não tanto *para fora* como *para cima* da agricultura, onde o trabalho é melhor remunerado» (Cabral, 1981, 143).

Hoje, decorridos dez anos sobre a publicação deste artigo de Villaverde Cabral, pode parecer trivial a argumentação em favor de uma *atitude epistemológica compreensiva* e valorizadora do papel dos *agricultores familiares* como *protagonistas sociais*. Mas no início dos anos 80 ela representou uma atitude de ruptura justificada e fecunda face às perspectivas dominantes ao nível dos estudos sociais rurais. Muito está ainda por fazer no sentido de compreender as estratégias dos agricultores portugueses; no entanto, este tema está hoje mais presente na actividade e preocupações dos cientistas sociais.

Dois trabalhos publicados em meados dos anos 80 vieram contribuir para alargar e renovar o conhecimento do processo de transformação das estruturas de produção agrícola portuguesas (Cordovil, 1984, e Baptista, 1985).

Pelo seu objecto, pelo seu método e pelas suas conclusões, estes dois trabalhos são, em boa medida, convergentes, embora apresentem alguns desenvolvimentos distintos, mas não contraditórios.

Assumindo os riscos de quem é juiz em causa própria, comentarei primeiro os pontos em que me parece haver convergência e depois os aspectos que demarcam a especificidade de cada um dos referidos contributos.

Acontecimentos e protagonistas sociais surgem na primeira linha da(s) história(s) de mudança que se contam nestes dois artigos e, no entanto, o registo em que eles se desenvolvem é sempre explicativo e não puramente narrativo. Este é o primeiro ponto de convergência.

O segundo consiste no facto de, em ambos os casos, a análise esboçada se centrar nas relações económicas e sociais que se tecem em torno da produção agrícola, mas considerando estas relações entrosadas com as dimensões política e cultural das estruturas e mudança social.

Nos dois trabalhos cruza-se uma malha regional muito larga (três regiões num caso, cinco no outro) com uma periodização temporal de ciclo longo, sem fixar fronteiras rígidas às divisões assim determinadas. Estas divisões são, aliás, puramente instrumentais à interpretação dos processos sociais estudados, sendo também influenciadas pelas características (datas de realização, grelha espacial) das principais fontes de informação utilizadas — *censos gerais da população e inquéritos às explorações agrícolas do continente*. A diversidade das estruturas e estratégias produtivas é associada quer à variação de condicionalismos relacionados com as referidas dimensões espaço/tempo, quer a outros factores que se exercem no interior de cada região. O tipo

de escalas de observação e de fontes utilizadas constitui, assim, um terceiro aspecto de convergência dos dois artigos em apreciação.

Embora se assinalem vários macroprocessos sociais (industrialização, guerra colonial, abertura económica ao exterior, etc.) como tendo condicionado as transformações das estruturas de produção agrícola, em ambos os textos se atribui ao êxodo rural, em particular à emigração, o papel-chave no desencadeamento das profundas mudanças técnicas, económicas, sociais e culturais que afectaram os campos portugueses, sobretudo a partir dos anos 60 (cf. Baptista, 1985, 341-354, e Cordovil, 1984, 18-32). Este é, assim, o quarto e último ponto de afinidade entre os dois trabalhos que nos merece destaque.

Assinalados os pontos de convergência, ocupemo-nos agora daqueles que marcam, mais expressivamente, a individualidade de cada um dos trabalhos.

O artigo de Fernando Baptista é mais amplo do ponto de vista temático, pois inclui referências desenvolvidas à política agrária e às estruturas sociais e de poder de âmbito local e regional da «zona da agricultura familiar» e dos «campos do Sul» (cf. Baptista, 1985, 331-342 e 351-354), analisando mesmo o processo de luta política que ocorreu em certas fases cruciais da história recente portuguesa — 1958-1962 e 1974-1975, por exemplo (id., *ibid.*, 340-341 e 354-363). Embora o «panorama» que nos traça cubra «meio século» — 1930-1980 —, o período que vai de início dos anos 60 ao 25 de Abril de 1974 é objecto de atenção privilegiada, discutindo-se em pormenor as alterações «no quadro das relações económicas e sociais em que se processava a produção agrícola» e a sua relação com a política agrária (id., *ibid.*, 339-354).

O meu trabalho, pelo seu lado, tomou como eixo duas questões: quais as alterações verificadas na repartição dos recursos produtivos por *estratos de agricultura*? Como explicar essas alterações?

A análise realizada cobriu o período 1950-1980, baseando-se nos *inquéritos às explorações agrícolas do continente* realizados pelo INE em 1952-1954, 1968 e 1979. Para assegurar a comparabilidade dos dados provenientes destes três inquéritos e poder caracterizar os «movimentos de alteração da estratificação da área das explorações agrícolas» mobilizou-se um conjunto de dispositivos metodológicos, que foram fundamentados, a abrir a exposição (cf. Cordovil, 1984, 15-18). Tornou-se, assim, possível classificar aqueles *movimentos de alteração da estratificação das explorações agrícolas* através do cruzamento de quatro critérios: *intensidade, sentido, incidência sobre a polarização da estrutura e alteração do peso das explorações médias* (id., *ibid.*, 17-18).

A análise desdobrou-se por cinco «grandes espaços regionais»: o Norte e Centro litoral, o Norte e Centro interior, o Oeste-Ribatejo, o Alentejo e o Algarve. Este tipo de solução parece-nos preferível à opção por uma classificação apenas tripartida («agricultura familiar», «campos do Sul» e «transição»), mesmo que, como é o caso, apenas se pretendam esboçar grandes problemáticas regionais. Trata-se, em particular, de garantir a análise separada das regiões litoral e interior do Norte e Centro de Portugal, o que

parece indispensável, se antedermos às grandes diferenças entre os condicionamentos naturais e sócio-económicos envolventes da agricultura familiar, respectivamente, no litoral e no interior.

Ao interpretar as causas do «movimento de alteração da estratificação» das explorações agrícolas, conjugaram-se factores sócio-económicos de pressão/atracção externa, com dinamismos internos resultantes das estratégias dos agricultores. Apesar das grandes transformações que Portugal experimentou nas três décadas em análise (50/60/70), com efeitos particularmente intensos nos campos (id., *ibid.*, 18-19), a *repartição dos recursos produtivos por estratos de agricultura manteve-se estável*, testemunhando o *fracasso* das intenções de *reforma estrutural* que, por vezes, afluíram na condução da política agrária, bem como das expectativas daqueles que acreditavam que tal reforma se poderia conseguir pelo simples «arrastamento» da agricultura (Cordovil, 1984, 32):

No Norte e Centro a muito pequena exploração agrícola reforçou as suas posições; no Sul a muito grande exploração agrícola manteve intacto o seu domínio (obviamente, no sentido restrito em que estamos a analisá-lo). Na generalidade do país as explorações que se mostraram mais vulneráveis foram as médias, nomeadamente face às alterações verificadas no mercado de trabalho agrícola. A polarização de situações regionais e internas a cada região viu-se assim acentuada.

A década de 80 fica assinalada por uma significativa expansão e renovação dos conhecimentos sobre a sociedade portuguesa, nomeadamente à escala regional. A esse movimento de expansão e renovação de conhecimentos parece ter-se associado uma alteração das perspectivas dominantes ao nível teórico-metodológico, materializada, entre outros aspectos, numa maior atenção ao carácter pluridimensional dos processos sociais e à intervenção, nestes processos, de diversos protagonistas sociais. Uma das consequências destas alterações parece ser o reforço das ligações entre a economia e a sociologia, por um lado, e o estabelecimento de pontes mais fortes entre qualquer destas duas disciplinas e a história e a geografia, por outro lado.

Sem diminuir o alcance destes factos, julgo que o processo em curso é ainda embrionário: um simples tactear de novos terrenos. Uma grande parte dos textos que assinalei, incluindo os dois últimos, são essencialmente sistemas de hipóteses de interpretação, porventura plausíveis, mas que terão de passar pelo crivo de uma investigação mais especificada e com maior consistência formal para lhes poder ser atribuído valor demonstrativo. Além disso, parece correr-se um certo perigo de falta de rigor no plano conceptual, nomeadamente quando os termos provenientes de uma disciplina científica são reinterpretados por outras ou, por maioria de razão, quando são accionados em domínios «indisciplinados», terreno este que tende a alargar-se.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1983), *Intensificação da Produção Leiteira. Colectânea de Textos*, Aveiro, LACTICOOP.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1981), «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta — 1974)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, pp. 59-80.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1984), *Política Agrária (Anos Trinta — 1974)*, dissertação apresentada no Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, para efeitos da obtenção do grau de doutor, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1985), «Estruturas da produção agrícola: panorama do meio século», in *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 8, pp. 331-365.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1986), «Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 411-450.
- BARROS, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Vítor C. (1989), *Duas Décadas de Modernização Tecnológica na Agricultura Minifundiária da Beira Litoral. O Caso de Vagos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias.
- BARROS, Vítor C., e António Fragata (1988), «Agricultura minifundiária: que tecnologia?», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 7, pp. 3-21.
- BENTLEY, Jeffery (1987), «Technical change in a Northwest Parish», in Scott Pearson et al., *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 167-186.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1981), «A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu 'futuro' em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, pp. 135-148.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1978), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Agostinho de, Vítor C. Barros e José R. Rocha (1982), *Que Futuro para a Produção Leiteira: Grande ou Pequena Exploração?*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Agostinho de (1984), *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960-1975. Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Agostinho de, e Renano Henriques (orgs.) (1987), *A Questão do Leite em Portugal e a Integração na CEE*, Porto, Edições Afrontamento.
- CORDOVIL, Francisco Cabral (1984), «Transformação da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-1980) e efeitos previsíveis da adesão à CEE», in *Economia e Socialismo*, n.º 61, pp. 15-38.
- CORDOVIL, Francisco Cabral (1991a), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas. Método, Aplicações e Perspectivas*, vol. I, dissertação para doutoramento em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- CORDOVIL, Francisco Cabral (1991b), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas. Dimensão Económica e Estratos de Agricultura — Portugal Continental*, vol. II, dissertação para doutoramento em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- CORDOVIL, Francisco Cabral (1991c), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas. Geografia dos Estratos de Agricultura — Portugal Continental*, vol. III, dissertação para doutoramento em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão.
- CUNHAL, Álvaro (1976a), *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, vol. I, Lisboa, Editorial Avante.

- CUNHAL, Álvaro (1976b), *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, vol. II, Lisboa, Editorial Avante.
- FAURE, Claude (1978), *Agriculture et capitalisme*, Paris, Anthropos.
- FINAN, Timothy (1987), «Intensive agriculture in the Northwest», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 141-163.
- FOX, Roger, e Timothy Finan (1987a), «Patterns of technical change in the Northwest», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 187-201.
- FOX, Roger, e Timothy Finan (1987b), «Future technical and structural adjustments in north-western agriculture», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 202-220.
- FRAGATA, António (1989), *Diversidade e Racionalidades dos Agricultores do Vale do Sousa. As Freguesias de Nespereira e Aveleda do Concelho de Lousada*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária — DEESA.
- FREITAS, Eduardo, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral (1976), *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Lisboa, Presença.
- GIARD, Vincent (1988), «Gestion de production: évaluation économique et prise de décision», in *Revue française de gestion*, Janeiro-Fevereiro, pp. 13-28.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- GIRÃO, José António (1980), *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-1973). Uma Perspectiva*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HENRIQUES, Pedro, *et al.* (1988), *Principais Implicações para os Pequenos Agricultores da Entrada de Portugal na CEE*, comunicação ao Primeiro Colóquio Luso-Espanhol de Estudos Rurais, Évora.
- JOSLING, Timothy, e Stefan Tangermann (1987a), «Commodity policies», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 41-61.
- JOSLING, Timothy, e Stefan Tangermann (1987b), «Future commodity policies», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 227-238.
- MONKE, Eric (1987a), «Agricultural factor markets», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 72-82.
- MONKE, Eric (1987b), «Future policies influencing agricultural factor markets», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 239-258.
- NALLET, Henri (1983), *A Intensificação da Produção Agrícola*, Lisboa, Ulmeiro/Agricultura.
- PEARSON, Scott (1987a), «Methods of analysis», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 29-40.
- PEARSON, Scott (1987b), «Portuguese agricultural strategies», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 259-271.
- PEARSON, Scott, e Eric Monke (1987), «Constraints on the development of Portuguese agriculture», in Scott Pearson *et al.*, *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press, pp. 17-28.
- PEARSON, Scott R., *et al.* (1987), *Portuguese Agriculture in Transition*, Ithaca e Londres, ed. Cornell University Press.
- PETIT, Michel (1976), «Relationships among various aspects of agricultural changes», in *European Review of Agricultural Economics*, vol. 3, n.ºs 2/3, pp. 163-186.
- PINTO, Armando S., *et al.* (1984), *A Agricultura Portuguesa no Período 1950-1980*, Lisboa, Imprensa Nacional-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

- REIS, José (1981), «A economia agrária e a pequena agricultura», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, pp. 149-170.
- REY, Pierre-Philippe (1973), *Les alliances de classe*, Paris, Maspero.
- ROLO, Joaquim A. Cabral (1989), *Estruturas e Rendimentos das Explorações Agrícolas no Início dos Anos 80. A Beira Interior no Contexto da Agricultura do Continente Português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária — DEESA.
- SERVOLIN, Claude (1972), «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste», in Y. Tavernier et al., *L'univers politique des paysans dans la France contemporaine*, Paris, Armand Collin.
- TEPICHT, Jersy (1973), *Marxisme et agriculture. Le paysan polonais*, Paris, Armand Colin.
- VERGOUPOLOS, Kostas (1978), «Capitalismo disforme. O caso da agricultura no capitalismo», in Samir Amim e Kostas Vergoupolos, *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 57-256.